



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
UNIDADE EDUCACIONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SERVIÇO SOCIAL

ELOISE CRISTINA PINTO MACÊDO

O ADOECIMENTO DA MULHER E O DIREITO À SAÚDE:
alguns apontamentos sob a perspectiva da exploração do trabalho

PALMEIRA DOS ÍNDIOS

2021

ELOISE CRISTINA PINTO MACÊDO

O ADOECIMENTO DA MULHER E O DIREITO À SAÚDE: alguns apontamentos sob a
perspectiva da exploração do trabalho

Monografia realizada pela discente Eloise Cristina Pinto Macêdo, do Curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas – Campus Arapiraca – Unidade Educacional de Palmeira dos Índios como pré-requisito para obtenção do grau de graduação em Serviço Social, orientada pela Professora Dr^a. Angélica Luiza Silva Bezerra.

PALMEIRA DOS ÍNDIOS

2021

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Unidade Palmeira dos Índios
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Kassandra Kallyna Nunes de Souza (CRB-4: 1844)

M141a Macedo, Eloise Cristina Pinto

O adoecimento da mulher e o direito à saúde: alguns apontamentos sob a perspectiva da exploração do trabalho / Eloise Cristina Pinto Macêdo, 2021.

59 f.

Orientadora: Angélica Luiza Silva Bezerra.

Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Campus Arapiraca. Unidade Educacional de Palmeira dos Índios. Palmeira dos Índios, 2021.

Bibliografia: f. 57 – 59

1. Serviço social. 2. Trabalho. 3. Mulher. I. Bezerra, Angélica Luiza Silva. II. Título.

CDU: 364

ELOISE CRISTINA PINTO MACÊDO

**O ADOECIMENTO DA MULHER E O DIREITO À SAÚDE: alguns apontamentos sob
a perspectiva da exploração do trabalho.**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas/ Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Angélica Luiza Silva Bezerra

Profa. Dra. Angélica Luiza Silva Bezerra

(Orientadora– Curso de Serviço Social/Unidade Educacional Palmeira dos Índios
Campus Arapiraca/ Universidade Federal de Alagoas – UFAL)

Mayra de Queiroz Barbosa

Prof. Ma. Mayra de Queiroz Barbosa

(Examinador interno – Curso de Serviço Social/Unidade Educacional Palmeira dos Índios
Campus Arapiraca/ Universidade Federal de Alagoas – UFAL)

Maria Olivia da Silva Monteiro

Profa. Ma. Maria Olivia da Silva Monteiro

(Examinadora externa - Faculdade CESMAC Sertão)

Palmeira dos Índios/AL, 27 de maio de 2021

Aos meus pais e irmão que sempre me apoiaram e incentivaram. A minhas avós Carmelita Alves Pinto (*in memorian*) e Maria Zélia que foram/são para mim exemplos de força, sabedoria e inspiração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar por me permitir chegar até aqui me dando coragem e sabedoria para concluir esta etapa. Sou grata por cada conquista e benção que o Senhor me deu, em muitos momentos foi a Tua força e amor que me sustentaram.

Aos meus pais, Elis Regina Pinto Macêdo e Óstenes Luis Macêdo, que apesar das dificuldades não mediram esforços para que eu me mantivesse na Universidade. Agradeço por todo o afeto e cuidado que tiveram quando precisei, assim como por todo amor e dedicação que tiveram para que eu realizasse o sonho da minha graduação.

Agradeço a minha família pelo apoio, em especial Tio Júnior (meu pai do coração), Tia Cecília e minha prima Érika Vanessa por terem me dado suporte, me incentivado e aplaudido cada conquista e vitória minha. Vocês foram muito importantes e jamais esquecerei do que fizeram por mim durante todo esse processo. Agradeço também ao meu irmão Sóstenes Luis Pinto Macêdo por, apesar das nossas diferenças, ter estado ao meu lado, me incentivando a crescer e ser uma pessoa mais paciente e melhor.

A minha avó, Maria Zélia da Silva Macêdo, por me apoiar e acreditar que tudo posso. Por dizer o tempo todo que tem orgulho de mim enquanto neta, filha, amiga e mulher que sou. Dna. Zélia, mal sabe a senhora que você é a minha maior inspiração. Tenho muito orgulho de ser sua neta e sou imensamente grata por todo o seu amor e cuidado. Admiro demais a sua força e sabedoria. Minha vovó, você é responsável por parte da mulher e profissional que estou me tornando.

As minhas companheiras de caminhada, Bruna Letícia, Jakelliny Costa, Jamatielle Tavares, Maria Regineide e Paloma Mayara que desde o início se fizeram presentes compartilhando receios, medos, alegrias e conquistas que a graduação nos proporcionou. Agradeço todo o incentivo e apoio. Tenho imensa admiração por cada uma. Em especial quero agradecer a Maria Regineide, por me acompanhar mais de perto na reta final desse processo, me incentivando e sendo instrumento de auxílio e acolhimento quando mais necessitei. Minhas meninas/mulheres, foi essencial ter vocês ao meu lado nesse processo. Agradeço por tornarem mais leves os meus dias com todo o afeto e parceria que me proporcionaram.

Ao meu melhor amigo e parceiro de vida, Kaio Henrique dos Santos Luz por acreditar no meu potencial, me incentivar e aconselhar. Seu apoio, companheirismo, amor e compreensão fizeram toda diferença, principalmente nos meus momentos de ansiedade e incertezas. Sou imensamente grata por todo o seu cuidado e carinho para comigo.

Aos meus professores, que foram instrumentos do saber na minha caminhada, levarei comigo cada aprendizado e ensinamento. A professora Dra. Marinês Coral, que nos meus momentos de incertezas em relação ao curso me fez enxergar o quão lindo e admirável é o Serviço Social. Hoje não me enxergo em outro lugar, estou exatamente onde deveria estar. Agradeço também ao Programa de Educação Tutorial em que eu fiz parte, Núcleo de Estudos do Semiárido Alagoano (NESAL), por todos os espaços, companheirismo e afetos partilhados, ter estado no grupo me trouxe aprendizados e crescimento para além da vida acadêmica. Ao tutor do Nosal, professor Dr. Saulo Luders Fernandes, por me guiar e instruir com seus conhecimentos. Ter o senhor como tutor e amigo foi muito importante durante a minha caminhada.

Em especial agradeço a minha orientadora professora Dra. Angélica Luiza Silva Bezerra por ter me aceitado como sua orientanda, por partilhar comigo seus conhecimentos durante o processo de produção deste trabalho, pela sua paciência e dedicação.

Por fim, agradeço a todos aqueles que se fizeram presentes direta ou indiretamente no meu processo de formação. Sem vocês nada disso teria sido possível.

Atenciosamente, Eloise Macêdo.

“Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância, já que viver é ser livre.”

Simone de Beauvoir

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “O adoecimento da mulher e o direito à saúde: alguns apontamentos sob a perspectiva da exploração do trabalho” apresenta um estudo sobre a saúde da mulher trabalhadora face aos processos de desenvolvimento e contradições do capitalismo. É nosso objetivo resgatar as bases que forneceram a necessidade da incorporação do trabalho da mulher na grande indústria, bem como propomos identificar e analisar as condições das mulheres trabalhadoras no contexto atual, enfatizando suas condições de vida e o processo de adoecimento mediante a interação entre a exploração do trabalho e os serviços no domicílio privado. Como metodologia, utilizamos um arcabouço teórico metodológico alicerçado na revisão bibliográfica e documental. Possibilitando reflexões segundo os pressupostos de Marx (1996), Campos e Teixeira (2010), Braz (2019), Gomes e Tanaka (2003) e Saffioti (1973) entre outros autores. Por fim, observamos as aproximações e afastamentos entre legislações e a realidade, inquerindo questionamentos sobre as condições da mulher na sociedade capitalista sob a perspectiva da exploração do trabalho.

Palavras-chave: Trabalho Explorado. Mulher Trabalhadora. Saúde. Adoecimento.

ABSTRACT

The present Course Conclusion Paper (TCC) entitled “The illness of women and the right to health: some notes from the perspective of the exploitation of work” presents a study on the health of working women in the face of the development processes and contradictions of capitalism. It is our objective to rescue the foundations that provided the need for the incorporation of women's work in the large industry, as well as we propose to identify and analyze the conditions of working women in the current context, emphasizing their living conditions and the process of illness through the interaction exploitation of work and services in the private household. As a methodology, we use a theoretical methodological framework based on bibliographic and documentary review. Enabling reflections according to the assumptions of Marx (1996), Campos and Teixeira (2010), Braz (2019), Gomes and Tanaka (2003) and Saffioti (1973) among other authors. Finally, we observe the approximations and distances between legislation and reality, asking questions about the conditions of women in capitalist society from the perspective of the exploitation of work.

Keywords: Exploited Work. Working Woman. Health. Illness.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01	Distribuição das famílias, segundo os tipos de arranjo familiar Região Metropolitana de São Paulo – 2007-08 e 2017-18	40
Ilustração 02	Rendimento médio real por hora segundo sexo Região metropolitana de São Paulo – 1998-2018	42
Ilustração 03	Taxas de desemprego total, por sexo Região Metropolitana de São Paulo 1998-2001	43
Ilustração 04	Classificação dos 10 grupos de doenças com maiores taxas de mortalidade em 2012, segundo faixa etária - Brasil, 2012 (em 100 mil habitantes)	46
Ilustração 05	Número de afastamentos por escolaridade, segundo causas no Brasil, 2004 e 2014 (em números absolutos)	48
Ilustração 06	Número de afastamentos por sexo, segundo causas no Brasil, 2004 e 2014 (em números absolutos)	50

LISTA DE SIGLAS

CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
UFAL	Universidade Federal de Alagoas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	O TRABALHO FEMININO NO CAPITALISMO: UMA CONTRADIÇÃO FUNDAMENTAL AO DESENVOLVIMENTO	16
2.1	<u>O processo de desenvolvimento da industrialização e a exploração do trabalho da mulher</u>	16
2.2	<u>O adoecimento da classe trabalhadora e suas particularidades no trabalho da mulher</u>	26
3	ADOCIMENTO DA MULHER TRABALHADORA NO SÉCULO XXI: UMA DAS CONSEQUÊNCIAS DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO	37
3.1	<u>Mudanças no mundo do trabalho: a intensificação da exploração do trabalho feminino e o universo familiar da mulher face ao patriarcado</u>	37
3.2	<u>O adoecimento da mulher trabalhadora na contemporaneidade</u>	44
3.3	<u>A proteção da saúde da mulher na perspectiva dos direitos: entre a conquista e a efetivação</u>	51
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
	REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

As condições precárias de trabalho e atreladas ao adoecimento acometido pelas mulheres, desde as últimas décadas do século XVIII e início do XXI, tem trazido reflexões acerca das condições vivenciadas pelas trabalhadoras. Pois, a intensificação da exploração do trabalho, bem como a dupla jornada exercida pela mulher são recorrentes e inerentes do modo de produção capitalista. Visamos neste trabalho analisar como o adoecimento da mulher se fundamenta no capitalismo, considerando suas implicações no âmbito do trabalho e a maneira como as trabalhadoras atuam diante da intensa exploração. Cabe ressaltar, que esta produção não possui um estudo sobre as leis, mas seu desenvolvimento se deu a partir dos fundamentos que regem o trabalho explorado. Nesse processo, foi necessário resgatar como se deu o seguimento da transição do feudalismo ao modo de produção capitalista, a necessidade da inserção da mulher no mercado de trabalho, bem como as condições de trabalho ao longo da história do capitalismo e o seu adoecimento, quanto às presenças ou as ausências de direitos desde o advento do sistema em meados do século XVIII.

Assim, o interesse pela temática abordada nesta produção surgiu através da experiência com o estágio supervisionado realizado no Hospital Regional Santa Rita e Maternidade Santa Olímpia, na cidade de Palmeira dos Índios/AL. No campo de estágio, por meio da realização de atividades com mulheres acompanhantes e mulheres parturientes foi possível fazer reflexões acerca da saúde da mulher, bem como quais seriam as consequências geradas acerca do adoecimento e sobre a proteção do trabalho da mulher.

Na metodologia, optamos pela pesquisa bibliográfica e documental analisando os capítulos da Jornada de Trabalho e Maquinaria e Grande indústria da obra *“O Capital”* de Karl Marx (1996), produções como *“Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social”*, de Campos e Teixeira (2010), e outros autores como Braz (2019), Gomes e Tanaka (2003) e Saffioti (1973), que entendem a temática da mulher a partir da essência do desenvolvimento capitalista e suas particularidades, principalmente no que diz respeito às condições de trabalho da classe trabalhadora, especialmente da mulher. Além disso, trouxemos dados provenientes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e analisamos informações do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, estes que foram apanhados de uma década, obtidos nas pesquisas realizadas na região metropolitana de São Paulo, a fim de fornecer bases para uma reflexão crítica sobre as dinâmicas dos registros dos salários, trabalhos e demissões das

mulheres, fomentando e ampliando as discussões relacionadas ao adoecimento decorrente desses processos.

A partir das indicações da metodologia do trabalho, entendemos o adoecimento da mulher trabalhadora enquanto uma condição atrelada a intensa exploração de trabalho e as péssimas condições em que são inseridas. Mediante a problemática do adoecimento da mulher no capitalismo, algumas indagações foram colocadas: Quais as bases que mantêm o desenvolvimento capitalista atrelado à exploração do trabalho e da mulher trabalhadora? Qual a relação entre inserção da mulher no processo de produção e seu adoecimento? Na sociedade contemporânea é possível reduzir as implicações da exploração do trabalho da mulher na saúde sob perspectiva dos direitos? A partir destas indagações discorreremos em duas seções o desenvolvimento da temática.

Na primeira seção, intitulada “*O trabalho feminino no desenvolvimento capitalista*”, nosso objetivo foi em trazer para a discussão questões advindas das primeiras revoluções industriais. Nelas, investigamos as origens do processo capitalista e seus impactos na sociedade inglesa durante a transição do regime feudal à dinâmica das fábricas, a necessidade da inserção da mulher no mercado de trabalho, bem como visamos mostrar como a sociedade notava a mulher, uma vez que as mulheres adentraram o mundo do trabalho no capitalismo devido à sua força de trabalho ser mais barata para o capital. Mas, não havia possibilidade de a mulher atuar como chefe de família. Além disso, é fundamental refletirmos sobre as contradições do capitalismo e como se dá o processo de adoecimento das mulheres no modo de produção capitalista.

Assim, o processo de desenvolvimento industrial foi alvo principal a fim de basear a análise do adoecimento da classe trabalhadora e os contextos do trabalho da mulher. Portanto, para fundamentar o estudo da segunda seção, intitulado “*Adoecimento da mulher trabalhadora no século XXI: uma das consequências da exploração do trabalho*”, no qual analisamos o tempo presente, percorrendo pelos resultados relacionados aos legados das revoluções industriais, a fim de chegar às minúcias que fomentam as dificuldades impostas às mulheres no mundo do trabalho. A partir disso, é fundamental refletirmos também como se deu o processo para melhores condições de trabalho, sobre as causas de adoecimento que atualmente mais se manifestam na classe trabalhadora, especialmente nas mulheres.

Portanto, o presente Trabalho de Conclusão de Curso pretende contribuir na apreensão das relações estabelecidas entre a mulher, as condições de trabalho no capitalismo a partir da exploração do trabalho e o seu adoecimento.

2 O TRABALHO FEMININO NO CAPITALISMO: UMA CONTRADIÇÃO FUNDAMENTAL AO DESENVOLVIMENTO

No capitalismo, o trabalho feminino teve visibilidade com o desenvolvimento da maquinaria e se expressa vinculado ao trabalho das crianças. Nas palavras de Karl Marx “[...] o trabalho de mulheres e de crianças foi à primeira palavra-de-ordem da aplicação capitalista da maquinaria! [...] colocando todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade, sob o comando imediato do capital” (MARX, 1984, p. 23). Dado a isto, originaram-se as condições de trabalho do período atrelado às primeiras revoluções industriais cuja mão de obra era pautada essencialmente no proletariado urbano, englobando famílias inteiras, submetidas ao capitalismo.

Desse modo, a presente seção fará uma breve menção aos fatos históricos que contribuíram para a transformação do modo de produção, transição do feudalismo para a instauração do capitalismo na sociedade, bem como se deu a inserção da mulher no mercado de trabalho. O período da Revolução Industrial foi um marco neste processo, uma vez que a mulher foi inserida no espaço fabril como força de trabalho barata¹, sendo ela permeada pelo contexto e demandas do capital.

2.1 O processo de desenvolvimento da industrialização e a exploração do trabalho da mulher

Para compreender como se deu o processo de desenvolvimento industrial, faz-se necessário percorrermos alguns eventos históricos, dentre os quais destacam-se a mudança global para um novo modo de produção, o capitalista, cuja emergência foi marcada pela disjunção entre produtores e meios de produção, dominados pela burguesia comercial – pioneiramente inglesa – que assumiu características industriais (HOBSBAWN, 1977). Essa

¹ Nogueira (2004) pontua que nos séculos precedentes à Era Cristã, tanto a mulher livre quanto a mulher escrava tinham o seu espaço de trabalho pertencente à esfera doméstica, já que eram responsáveis pela alimentação e higiene de homens e mulheres. Na Idade Média, o trabalho exercido pelas mulheres estava dividido em categorias; as mulheres solteiras eram responsáveis por lavar e tecer, as mães dedicavam-se ao cuidado das crianças pequenas, as mulheres de meia idade ficavam responsáveis pelas funções de cozinhar e cuidar dos adolescentes, dentre outras atividades reprodutivas. As mulheres de camponeses atuavam com seus maridos na agricultura e também estavam responsáveis pelas tarefas domésticas. Na Idade Moderna, entre os séculos XVI e XVIII, as mulheres casadas e principalmente as solteiras já tinham atividades fora de casa. Dessa forma, a mulher é considerada força de trabalho barata, pois as atividades domésticas e maternas não permitem uma dedicação ao trabalho fora de casa. No caso das notas de rodapé, as vezes o word engana a gente e faz um misto de fontes. Irei consertar os outros e grifar de amarelo. Também formatei com fonte 10, pois é a mais recomendável.

separação ocasionou a intensificação da exploração do trabalho através da compra e venda da força dos “trabalhadores livres”² e estabeleceu a relação capital/trabalho que norteou – e ainda norteia – o capitalismo. Esse período foi intitulado por Marx de “[...] a Assim chamada acumulação primitiva”. Segundo ele:

[...] o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (MARX, 1996, p. 340).

A gênese do sistema baseou-se na acumulação primitiva, período que teve como alicerce a estrutura econômica feudal e a transição ocorrida na Inglaterra com as revoluções Puritana e Gloriosa que fomentaram a consolidação do Parlamento e a hegemonia inglesa no âmbito de comércios marítimos internacional. Antecedente a isso, a dissolução do feudalismo, marcada pela expropriação de forma violenta e sangrenta das propriedades de camponeses, foi o marco inicial desse processo de mudança, formando tanto uma massa de indivíduos carentes de oportunidades em meio ao capital industrial emergente quanto capitalistas dotados dos meios que abarcaram – a seu próprio modo – essa demanda. Marx ponderou que trabalhadores livres no duplo sentido, não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos e os servos, nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando livres, soltos e desprovidos. (MARX, 1996).

A expropriação descrita, que depois se espalhou pela Europa, assumiu diferentes particularidades nos países em que se instalou, pois, o novo modo de produção deteve fases distintas em cada localidade, adaptando-se a estrutura econômica vigente e, ao mesmo tempo, modificando-a completamente a partir

[...] da transformação da natureza [que] ocorre orientada pelos interesses do capital. Não é de se estranhar que a produção se volta para a obtenção contínua de lucro e o trabalho configura-se como *trabalho abstrato*, cuja finalidade é a mais-valia. Não interessa para os capitalistas outra coisa senão a extração da mais-valia. O objetivo primeiro e final do capitalista é obter mais-valia, acumular incessantemente capital, expropriar trabalho excedente. (BRAZ, 2019, p. 17, grifo do autor).

² Trabalhadores livres no duplo sentido, não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos e os servos, nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando livres, soltos e desprovidos. (MARX, 1996, p. 328).

Com a mudança no sistema, o produto, objeto final da manufatura, perdeu sua importância frente à ampliação do consumo a níveis industriais e a mais-valia. Portanto, as fábricas, antes de produzirem bens, deveriam produzir lucros aos que nela investiram, independente das consequências sociais, pautadas, principalmente, pela ampla exploração dos trabalhadores e pela ausência de quaisquer direitos ou benefícios. Assim, inicialmente, as terras foram espoliadas⁴ depois o próprio lucro em função de uma modificação aparentemente sutil, mas de amplos impactos na engrenagem econômica. Se antes, a mercadoria manufaturada era a melhor expressão do trabalho sobre ela empregado, no capitalismo, as relações foram alteradas, a mais-valia passou a compor o resultado e o processo de trabalho.

Empregado por Adam Smith e, depois, por Karl Marx e Friedrich Engels – apesar das correntes teóricas distintas – o termo “mais-valia” visa representar o expoente obtido a partir das relações de trabalho, responsável por produzir lucros ou novas relações pautadas na exploração dos trabalhadores, um ciclo inerente ao capital, contudo cercado de contradições, pois

[...] por meio do capital é produzida mais-valia e da mais-valia mais capital. A acumulação do capital, porém, pressupõe a mais-valia, a mais-valia a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos sair supondo uma acumulação “primitiva” (*previous accumulation* em A. Smith), precedente à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida (MARX, 1996, p. 339, grifo do autor).

A acumulação primitiva pressupõe a mais-valia para que o sistema se sustente. Por exemplo, imaginemo-nos enquanto proprietários de uma pequena, emergente e clássica fábrica de tecidos inglesa em meados do século XVIII. Após os avanços provenientes das ideias de James Watt⁵, a evolução tecnológica espalha-se pelo país, afetando diretamente o mercado e sua demanda, uma vez que a manufatura com suas agulhas e linhas – até então base da forma de produção em nossa hipotética fábrica – já se tornava obsoleta frente aos

⁴ Na Inglaterra se deu por meio da política dos Cercamentos durante a Dinastia Tudor em meados do século XVI. A propriedade sobre as áreas de usufruto coletivo foi modificada, passando a individuais pertencentes aristocracia e a burguesia comercial inglesa. Início dos subsídios que facilitarão a acumulação primitiva de capital entre os ingleses.

⁵ Matemático e engenheiro britânico, destacou-se pelas suas invenções que impulsionaram a produção capitalista. Protagonizou a invenção de marcos do processo industrial, uma vez que as máquinas a vapor partem das suas ideias iniciais com relação ao uso do carvão e do vapor enquanto propulsores do feito das máquinas.

múltiplos teares da *Spinning Jenny* ou à estrutura hidráulica da *Water Frame*⁶, sendo esse processo ampliado com a máquina a vapor de Watt.

Para corresponder à demanda e à concorrência, passou-se a industrializar a produção, evoluindo-a tecnologicamente. No entanto, para o investimento, recursos são necessários e a melhor forma de obtê-los seria através da reformulação da mão de obra; redirecionamos, então, parte dos valores destinados aos salários para o financiamento das máquinas, conseqüentemente houve a redução nos rendimentos dos trabalhadores. Depois, já com a tecnologia industrial, os lucros aumentam, mas não os salários, pois são fixados pela oferta de força de trabalho e pelos interesses dos proprietários das fábricas, voltados ao lucro – ou mais-valia – e ao seu acúmulo; dado esse contexto hipoteticamente elaborado,

Quais são os salários comuns ou normais do trabalho? Isso depende do contrato normalmente feito entre as duas partes, cujos interesses, aliás, de forma alguma são os mesmos. Os trabalhadores desejam ganhar o máximo possível, os patrões pagar o mínimo possível. Os primeiros procuram associar-se entre si para levantar os salários do trabalho, os patrões fazem o mesmo para baixá-los (SMITH, 1996, p. 118).

A redução dos salários corresponde ao interesse no aumento dos lucros, o que diverge dos auspícios do proletariado⁷, desse modo, a relação é norteadada como uma balança, caso um lado eleve o outro decai em algum aspecto. Considerando as demandas e as características da mão de obra,

[...] a mais-valia obtida através do emprego da tecnologia não era suficiente para a sede de enriquecimento da burguesia, por isso a exploração tão elevada do trabalho feminino. [...] Foi no período entre 1770 e 1830, durante a Revolução Industrial, que ocorreu a entrada da mulher no mercado de trabalho. Esse mesmo período foi marcado pela introdução da maquinaria no processo de produção [...]. Isso não significa que anteriormente as mulheres não trabalhassem, mas foi a Revolução Industrial que incorporou não somente a mulher, mas toda a sua família passou a trabalhar nas fábricas, inclusive os seus filhos (OLIVEIRA, 2014, p. 18-19).

O lucro e o contexto das revoluções propiciaram o uso das forças de trabalho feminina e infantil, consideradas dóceis em comparação ao operariado masculino. Assim, “[...] de todos os trabalhadores nos engenhos de algodão ingleses em 1834-47, cerca de um quarto eram

⁶ Ambas são invenções que marcam os primeiros passos da revolução industrial, a primeira possuía múltiplos teares que ampliavam a produção e a segunda utilizava a força motriz da água enquanto impulsor dos fazeres, ampliando e melhorando o produto final.

⁷ Visa à sobrevivência no universo capitalista, mas esse é guiado pelos donos dos meios de produção. Uma relação inversamente proporcional e que movimentou os atritos entre proletariado e burguesia.

homens adultos, mais da metade era de mulheres e meninas, o restante de rapazes abaixo dos 18 anos” (HOBSBAWM, 1977, p. 67). Entre um operário do sexo masculino e uma mulher ou uma criança, naquele cenário, elas seriam escolhidas seja pelo menor salário a receberem, seja pelo trato com os tecidos que, com o tempo, recebera a associação ao feminino.

Nessa escolha, a mais-valia novamente se faz presente sob suas duas formas: relativa e absoluta. Na primeira, descrita anteriormente, há a substituição do trabalho humano pelas máquinas de algum modo, cujas potencialidades de produção afetam a força de trabalho. Na segunda, existe a mudança no tempo dedicado ao trabalho, geralmente aumentado, modificando também as condições da sua realização (BRAZ, 2019). Ambos os contextos são próprios ao cenário revolucionário industrial, diferindo do final do século XIV quando, em caminho oposto, grande parte da população europeia era economicamente autônoma e composta por camponeses que dedicavam-se ao trabalho para grandes arrendatários de terras, mas se voltavam às suas pequenas propriedades, segundo Marx:

Os trabalhadores assalariados da agricultura consistiam, em parte, em camponeses, que aproveitavam seu tempo de lazer trabalhando para os grandes proprietários, em parte numa classe independente, relativa e absolutamente pouco numerosa, de trabalhadores assalariados propriamente ditos. Também estes eram, ao mesmo tempo, de fato camponeses economicamente autônomos, pois recebiam, além de seu salário, um terreno arável de 4 ou mais acres além do cottage (MARX, 1996, p. 342, grifo do autor).⁸

A produção feudal se configurava pelos servos e as relações mantidas com os proprietários de terras. Todavia, com as transformações das lavouras em pastagens para as ovelhas, essenciais às manufaturas e, depois, às fábricas que consumiam cada vez mais lã, houve a mudança no cerne do sistema. O micro foi sublevado pelo macro⁹ e, conseqüentemente, a burguesia inglesa ascendeu, adotando posteriormente o processo industrial que descrevemos; sobre isso, partindo da descrição de Harrison em *Description of England. Prefixed to Holinshed's Chronicles*,

[...] os inventários mais antigos de cada domínio senhorial, ver-se-á que desapareceram inúmeras casas e pequenas explorações camponesas, que o campo alimenta muito menos gente, que muitas cidades decaíram, ainda que algumas novas floresçam. [...] De cidades e aldeias, que foram destruídas

⁸ Juntamente com os camponeses propriamente ditos, usufruíam de terras comunais em que pastava o gado e que lhes forneciam ao mesmo tempo combustíveis, como lenha, turfa... Além de que o solo era voltado à agricultura de subsistência e uma pequena produção de excedente.

⁹ Exemplo da relação capitalista: apesar da maioria proletária, a minoria burguesa detinha o poder do capital, tornando seu interesse “macro” frente ao “micro” do proletariado.

para dar lugar a pastagens de ovelhas e onde ficaram apenas as casas senhoriais, eu poderia dizer algo. (MARX, 1996, p. 343-344).

A chamada Revolução Gloriosa¹⁰ intensificou esse processo, pois estratificou ainda mais a sociedade fortificando o acúmulo primitivo de capital balizado pela aristocracia burguesa. Existia o interesse em transformar a base fundiária em base comercial, expandir a exploração agrícola e multiplicar a oferta de proletários “livres”. Os trabalhadores agrícolas foram os primeiros a sentir os intensos efeitos ocasionados através do apoderamento das terras comunais¹¹, uma vez que foram expulsos do *cottages*. Tem-se, devido a isto, o aumento de excedentes e consequentemente o aumento de capital obtido por alguns burgueses.

Além das clássicas consequências históricas desse processo: urbanização, fábricas, acúmulo de capitais e excedente de força de trabalho, intensifica-se a inclusão da mulher no cenário fabril. Apesar de ideologicamente ser posta enquanto subordinada ao homem na sociedade, ela assume papéis que na prática transpassam a bolha ideológica e o *status quo*, “É, pois, neste contexto de concepções em que a superestrutura subordina-se, em últimas instâncias, à infraestrutura, que terá lugar no exame da condição social da mulher no sistema de produção capitalista” (SAFFIOTI, 1973, p. 129). Assim, a superestrutura, constituída em grande parte pelas ideologias dominantes no Estado, é submetida aos interesses da infraestrutura econômica voltada à exploração do trabalho na sociedade capitalista.

Contudo, afirmar que as mulheres “burlaram o *status quo*” em plena revolução industrial e atribuir ao capitalismo liberal o mérito desse processo se trata de interpretações simplistas, pois as próprias estruturas sociais e, principalmente, econômicas induziram a subordinação proposta por Saffioti. Embora não fosse comum mulheres liderarem famílias – no sentido patriarcal – ou protagonizarem condições sem preconceitos e de igualdade com homens, novamente, a mais-valia demonstrou não representar sexos, mas exclusivamente interesses. No campo fabril, durante plena ebulição da revolução, o lucro sobrepunha à importância das condições de trabalho dos proletários, sendo poucas as influências dos valores morais sobre as estruturas de produção, que demandavam intensa mão de obra (SOUZA, 2016).

¹⁰ Ocorrida na década de 1680, do século XV, na Inglaterra, foi marcada pelo atrito entre a parcela crescente de protestantes ingleses e o rei católico Jaime II, além das más relações desse com o parlamento. Culminou com a deposição do monarca e a formação da república liderada por Oliver Cromwell, que passou a defender os interesses econômicos ingleses.

¹¹ As propriedades comunais eram uma antiga instituição germânica que continuou a viver sob a cobertura do feudalismo.

Assim, burgueses intensificaram a exploração da força de trabalho a baixos custos e sob amplas jornadas. Outro fator determinante para essa exploração eram as dificuldades e as desigualdades que se alastravam pelas antigas famílias camponesas que passaram a habitar as cidades inglesas, assim, quaisquer oportunidades eram válidas a fim de garantir a sobrevivência em meio às chaminés e às estreitas ruas, “Portanto, podemos afirmar que o sistema do capital vincula a exploração do trabalho com dominação ideológica, usurpando a lógica e valores do sistema patriarcal” (SOUZA, 2016, p. 27).

A inserção feminina fora permeada pelo contexto e demandas do capital, que moldaram também as condições de trabalho, ignorando alguns aspectos do patriarcalismo com relação às mulheres – inerentes a superestrutura. Por exemplo, presume-se uma ampliação dos espaços ocupados por elas naquele cenário emergente, não ficaram mais exclusivamente limitadas ao lar, podendo trabalhar. Contudo, quais condições de trabalho? O questionamento, apesar de simples, abrange além do ambiente fabril, estende-se ao cotidiano, bem como as condições em que elas foram colocadas a partir do trabalho e os resultados gerados desse processo.

Pensado nessa perspectiva das consequências e não apenas do viés da inserção – desconsiderando seu processo, o trabalho feminino do início da revolução industrial é revelado enquanto expoente da forma como a parte do proletariado de “[...] mulheres e crianças ficaram reduzida à condição de simples força de trabalho vivo, ou seja, tornou-se matéria de exploração do capital, visando à ampliação do ciclo reprodutivo e sua valorização” (OLIVEIRA, 2014, p. 16). Exploração e valorização abarcada pela burguesia e acompanhada pelos costumes patriarcais, uma vez que o capitalismo – enquanto sistema econômico – não possuía sexo ou gênero, importava-se apenas com a mais-valia, mas a burguesia daquele período possuía e defendia os costumes instituídos aos sexos, sendo liberal na exploração do trabalho, e conservadora no campo da cultura.

Portanto, apesar de ampliada a participação feminina na sociedade e rompidos alguns dos ligamentos entre a cultura patriarcal e o processo produtivo, o patriarcalismo buscou reconstruir esses vínculos que até então conservavam as mulheres enquanto limitadas pelos interesses dos homens – principalmente dos maridos (SAFFIOTI, 1973) adaptando-os as necessidades vigentes. Como resultado disso e da entrada no espaço fabril,

[...] as mulheres passam a exercer uma dupla jornada de trabalho, dividindo seu tempo entre as tarefas domésticas – que não deixaram de ser sua responsabilidade – e o trabalho na fábrica – uma vez que seu trabalho era visto como um complemento do salário do marido e força de trabalho barata

para o capital –, e dessa forma se configurou na sociedade a divisão sexual do trabalho, entendida como uma das formas centrais para exploração do capital para o trabalho. (OLIVEIRA, 2014, p. 12)

A palavra-chave empregada por Oliveira “complemento”, expressa a condição do trabalho feminino. Do atrito entre o costume conservador e a lógica liberal do capital nasceu essa condição que depositou sobre a mulher a responsabilidade não apenas de uma dupla jornada, mais bem analisada na seção posterior deste trabalho, mas de uma identidade dual: elas eram mulheres e trabalhadoras. Na fábrica, a exploração aplicava-se no sentido de obter lucros sobre a força de trabalho, seja ela feminina, infantil ou masculina; terminado o exaustivo turno e tocado o sinal, a mulher despia-se da roupagem operária e vestia a da esposa, assumindo essa outra identidade marcada também por uma nova jornada.

Se na fábrica poderia trabalhar e ser explorada como qualquer outro sem distinção de sexo, no sentido de ser amenizado o trabalho – podendo inclusive manifestar-se, de forma limitada, entre as máquinas e corredores, no lar essas condições não se reproduziam, lá o sexo imperava e o masculino predominava. Por isso, a jornada dupla caracteriza-se não como uma condição, mas uma “obrigação” imposta à mulher, “[...] super explorada devido à dupla jornada que exerce e pelos baixos salários, porque na família monogâmica e patriarcal o salário da mulher é visto como um complemento do salário do homem.” (OLIVEIRA, 2014, p. 20).

Logo, na lógica vigente, não poderia ser dela a responsabilidade pela maior parcela da renda, se assim fosse, haveria uma espécie de “desvalorização” da imagem social do marido, que passaria a não ser o centro econômico do lar tradicional. O trabalho feminino era um complemento, embora fosse tão explorado quanto o masculino, e a mulher era naturalizada nessa condição de dupla identidade, pois o capital demandava, da parte dos industriais, mais força de trabalho barata e, da parte das famílias, mais renda, uma condição ambígua e que,

Com o desenvolvimento da produção capitalista durante o período manufatureiro, a opinião pública da Europa perdeu o que lhe restava de sentimentos de vergonha e consciência. As nações se jactavam cinicamente de cada infâmia que fosse um meio para acumular capital. [...] Se o dinheiro, segundo Augier, “vem ao mundo com manchas naturais de sangue sobre uma de suas faces” então o capital nasce escorrendo por todos os poros sangue e sujeira da cabeça aos pés (MARX, 1996, p. 377-379, grifo do autor).

Nessas condições, o contexto de inserção da mulher no ambiente da produção capitalista, principalmente nos primórdios, não ocorre com base na busca pelos direitos civis e

políticos, apesar de romper de certo modo com as paredes que as cercavam. Diferente disso, houve uma demanda pela mão de obra na infraestrutura que impactou o patriarcalismo e a superestrutura, que buscou adaptar-se e resistir às mudanças. Contudo, as “[...] forças produtivas anteriormente consolidadas, no intuito de fortalecer o controle do capital sobre o processo produtivo e aumentar a produtividade e, em consequência, o lucro [...]” (TOITIO, s/d, p. 2) mantiveram-se ostensivas e assediando a estrutura social na busca pela força de trabalho e mais-valia.

Longe de negar as contribuições do capitalismo industrial, no âmbito da ciência e técnica, visamos expor contradições que o marcaram, contradições essas que basearam as relações de trabalho. De fato, com as revoluções há “O desenvolvimento econômico – a melhoria dos padrões de vida através da acumulação de capital com incorporação de novas tecnologias – passa a fazer parte da lógica sistema e uma condição de sua sobrevivência.” (PEREIRA, 2011, p. 9). Talvez não no início desse processo, mas com as sucessivas evoluções, um operário vivia melhor que um servo no período medieval. No entanto, apesar dessas questões ainda existem contradições dentro do sistema que tendem a marginalizar uns frente a outros.

Observando o cenário industrial dos séculos XVIII, XIX e até mesmo XX, as condições de trabalho e vivência dos trabalhadores expressam o que buscamos elucidar partindo de uma ótica marxista de análise da conjuntura econômica/social. Alguns enriquecem com as contradições do sistema enquanto outros são explorados – como as mulheres – e da sucessiva evolução há também evoluções no campo econômico do proletariado, mas sempre lacunares se comparadas a da burguesia. Da expansão desse sistema a outras regiões do globo, além da Inglaterra, Marx e Engels analisaram que

Pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela retirou a indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, indústrias que não empregam mais matérias-primas autóctones, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país, mas em todas as partes do globo. (MARX; ENGELS, 1999, p. 13).

Na ótica marxista, ocorre a impressão de um caráter cosmopolita à produção e ao consumo, expandindo o sistema e a naturalização que alguns são explorados frente à mais-valia obtida por outros – poucos. Os autores destacam também a transgressão de fronteiras pelo sistema, realidade inerente ao período em que o Manifesto do Partido Comunista (1848)

fora publicado. Com isso, expõem que a exploração ocorre não apenas a nível social ou cotidiano, mas nas relações internacionais, uma vez que alguns passam a encabeçar o sistema em detrimento de outros, dentre os quais a população assume a função e força de trabalho e a indústria nacional é sublimada.

A suspensão das fronteiras nacionais frente aos interesses do capital é uma das demandas liberais da economia legada da industrialização, principalmente da Segunda Revolução Industrial no século XIX quando houve a expansão dos mercados e o advento de novas matérias primas e combustíveis – petróleo. Assim, junto às fronteiras nacionais, o estatismo necessitaria também ser sublimado, sobretudo

[...] com “a liberação das trocas comerciais, com a desregulamentação, a abertura dos mercados e novas lógicas de desenvolvimento das transnacionais, com as privatizações, com o crescimento da sub-contratação e da externalização da produção”, ocorrem efeitos relevantes na divisão sexual do trabalho, tanto no espaço produtivo como no reprodutivo. (Hirata, 2001/02, p.143). Essa nova ordem produtiva impõe grandes metamorfoses para o trabalho, o que acaba por imprimir novos traços à face da classe trabalhadora. Preconizava a não-intervenção estatal na economia, defendendo que o Estado deveria sair de cena para que o mercado pudesse assumir a direção, pois esta seria a única instância capaz de resolver os problemas sociais (SOUZA, 2016, p. 45).

Como resultado, baseado na exploração da força de trabalho rumo à mais-valia, a abertura liberal enfatiza condições de “subcontratação”. Nessa, trabalhadores firmariam contratos junto a empregadores distante da malha do Estado, legando ao acordo entre ambos e às “Leis do capitalismo” toda a responsabilidade sobre as relações de trabalho, no entanto

À medida que agem no sentido de desobstruir as barreiras que limitam a máxima acumulação de riqueza, essas leis gerais do capitalismo produzem resultados contraditórios, gerando crises que provocam mudanças importantes na organização econômica e na própria organização social. Entretanto, tais mudanças só ganham significado quando apreendidas sob uma perspectiva histórica (PRONI, 1997, p. 3)

Torna-se, portanto, difícil prever o diálogo entre bem estar social e trabalho à medida que a exploração do último pela obtenção do lucro norteia as relações, configurando uma das contradições do sistema. No passado de acumulação primitiva e início do capital industrial inglês, o Estado agira como protetor dos interesses capitalistas ingleses, essencialmente no que se refere à navegação e ao ato elaborado por Oliver Cromwell em 1651, passando, desde então, a proteger os interesses industriais ingleses e anular a concorrência. Posteriormente a

abertura internacional do sistema com a segunda Revolução há essa metamorfose para um “livre mercado” e um “anti-estatismo”.

Contudo, a economia é composta por mais pessoas do que números e essas mudanças na ordem econômica causaram impactos não apenas nos valores obtidos nas planilhas das indústrias, mas nas relações de trabalho e no bem-estar social dos trabalhadores, principalmente as mulheres que foram impactadas de forma dupla: primeiro enquanto trabalhadoras e depois enquanto mulheres. Logo, pressupõe-se que a exploração tenda a aumentar – quando a força de trabalho não é substituída pela mais-valia relativa – e o resultado se encontra nas condições de trabalho que, no passado, eram insalubres e dotadas de desumanas horas de trabalho, e posteriormente foram adaptadas aos estatismos que ascendem em meados do século XX.

A exaustão física metamorfoseou-se na exaustão psicológica da contemporaneidade, não sendo anulada a primeira em alguns trabalhos. Novos tempos implicaram o acometimento de novas doenças dentre os trabalhadores na era do capital, bem como renovadas formas de exploração. Nas primeiras revoluções, as máquinas aceleravam “[...] a realização do trabalho em ritmos até então inalcançáveis pela humanidade. Prolonga-se e/ou intensifica-se a exploração da força de trabalho até a exaustão física do trabalhador [...]” (BRAZ, 2019, p. 35), posteriormente o tempo também se acelerou, o capital seguiu continuamente a espalhar sua influência e a condição de trabalho das mulheres expressou e expressa os reflexos desse processo.

Assim, pressupõe-se um amplo processo histórico que originou a exploração da força de trabalho, responsável pelo uso da força de trabalho da mulher desde os primórdios das revoluções industriais, expandindo-se nos períodos seguintes. O trabalho contemporâneo, marcado pela era da tecnologia, não é, portanto, desprovido de antecedentes, os quais fomentaram o princípio do adoecimento da classe trabalhadora e de outras dificuldades do cotidiano desses indivíduos. Na contemporaneidade, multiplicaram-se as características desse adoecimento e foram englobados novos cenários inerentes às dinâmicas dos considerados novos tempos, ainda repletos de características do passado, principalmente em relação às peculiaridades do trabalho da mulher cujas formas de adoecimento analisaremos a seguir.

2.2 O adoecimento da classe trabalhadora e suas particularidades no trabalho da mulher

As doenças sempre se fizeram presentes na vida dos homens, mas, diante do capitalismo, enfermidades respiratórias, questões de higiene e insalubridade multiplicaram-se

e se tornaram as principais causas de adoecimento dos trabalhadores. No mundo contemporâneo, além dessas doenças, as enfermidades psicológicas ganharam mais espaço, muitas delas resultantes do enfraquecimento do corpo e da mente durante o processo produtivo, atenuado pela globalização (PRONI, 1997). Ainda na antiguidade, diferente do capitalismo, adoecer era, a depender da enfermidade, um sinal de moléstia advinda do temperamento dos deuses ou como na idade média e a influência do cristianismo: um reflexo da alma dos indivíduos; de todas as formas, por muito tempo, os indivíduos

[...] acreditavam que as doenças procediam de forças sobrenaturais decorrentes do poder dos deuses ou das feitiçarias lançadas por alguns homens. Assim, o tratamento e a cura das doenças eram realizados pelos rituais de magia por curandeiros, feitiçeiros e xamãs, sendo os recursos naturais (ervas, água) também usados para mobilizar os espíritos benignos [...]. Essa concepção mágico-religiosa perdurou por muitos séculos. Diante da aparição das doenças, apesar dessa concepção mítica quanto à sua origem os homens faziam uso de elementos orgânicos da natureza como ervas e plantas, de modo a tratar e curar-se das enfermidades. Muitas dessas ações deram resultados satisfatórios e persistiram por séculos, e ainda são encontrados resquícios dessa cultura nos dias de hoje, nas pesquisas realizadas (CAMILO, 2012, p. 25 *apud* BRAZ, 2019, p. 23).

Desse modo, não podemos considerar o adoecimento do homem enquanto uma exclusividade da contemporaneidade ou do capitalismo, esse processo se faz presente desde o imemorial e os indivíduos sempre encontraram ou elaboraram formas de lidar com enfermidades: rituais, ervas e até mesmo tratamentos medicinais, que originaram a medicina e seus estudos, ampliados com o advento das universidades no século XII em diante. O diferencial entre essas concepções de doença e cura que antecedem o trabalho fabril se encontra na condição de potencializador protagonizada pelo capital, diferenciando-se da antiguidade ou do medievo.

Com a consolidação do sistema analisado, a partir do século XVIII, houve a intensificação de doenças que acometem os trabalhadores e o cenário urbano, gradualmente, transformado no sinônimo ou espaço do adoecimento, gerando o clima cinza associado a revolução industrial. Esse que se deve a

[...] um importante mercado interno, com uma relativamente grande urbanização e mercantilização, estimulou a produção de bens de consumo de massa (como têxteis) na Inglaterra. Por outro lado, as mudanças que ocorriam foram induzindo, pelo aparecimento de necessidades práticas, novas inovações. (DATHEIN, 2003, p. 1).

Essas particularidades foram acompanhadas por demandas inerentes à industrialização, ao consumo de bens em larga escala e ao urbano, dentre elas o saneamento e medidas de higiene foram as principais, mas não atendidas em muitos aspectos, vez que os próprios trabalhadores não as conheciam devido à falta de instrução e a mecanização do trabalho que tomava-lhes o tempo desde a juventude – a ampliação da educação às camadas menos abastadas não figurava entre interesses centrais nas revoluções industriais.

Contudo, não abordaremos a fundo essas temáticas em função dos objetivos propostos nesta produção, pois detendo-nos a eles,

A partir da premissa epistêmica que entende o trabalho enquanto categoria central da sociabilidade humana, presumimos que o novo metabolismo social do trabalho [...] se vê diante de novos modos de (des) constituição do ser genérico do homem. Com isso, num processo social onde o adoecimento laboral ganha contornos singulares, num contexto de ampla e intensificada exploração da força de trabalho e de espoliação da corporalidade viva (corpo e mente) do trabalhador, evidenciamos que o olhar sociológico pode trazer explicações subversivas sobre as relações sociais inerentes às formas de adoecer ou morrer no trabalho. (SOARES, 2014, p. 116 *apud* NASCIMENTO; FREITAG, 2018, p. 02).

Assim, além das implicações ambientais e sociais, o capitalismo intensificou o adoecimento dos indivíduos enquanto consequência do trabalho, espoliando-lhes o corpo e sua força. Com isso, o homem, a mulher e a criança foram generalizados, uma vez que para o sistema capitalista o que conta é a força de trabalho, ou seja, independe idade e sexo, e tornaram-se, portanto, simples operários que adoeciam laboralmente com tempos de serviço, quando não eram acometidos por acidentes de trabalho.

No caso das mulheres e também das crianças, as condições se aplicaram de modo mais intenso, sendo comuns registros de “[...] que as doenças associadas ao trabalho das mulheres neste quadro de divisão social do trabalho caracterizam-se por serem do tipo insidioso, muitas vezes inespecíficas e não indenizáveis (VOLKOFF, 1985) inexistindo normas apropriadas às condições do trabalho feminino.” (BRITO, 2000, p. 198). Ou seja, não é possível a discussão sobre um processo de indenização ou proteção do trabalhador durante o período estudado em razão da inexistência desses termos no vocábulo capitalista da época.

Adoecer não era associado, juridicamente, ao trabalho insalubre nas fábricas, tão pouco aos acidentes de trabalho, compreendidos enquanto mazelas e ócios inerentes a atividade. Logo, a responsabilidade das suas ocorrências e consequências era delegada ao trabalhador, que também, a seu próprio modo, deveria lidar com elas, sendo sua força de trabalho substituída por outra que estivesse apta ao trabalho, se necessário fosse. O mesmo

aplica-se às mulheres que gozavam de igualdade com os demais em relação à insalubridade e à ausência de direitos.

Atento as contradições de seu tempo e a ele anteriores, Marx apresenta alguns relatos e narrativas em relação às condições de trabalho e suas consequências em cidades industriais inglesas como Londres, Manchester, Birmingham, Liverpool, Bristol, Norwich e outras. Em sua clássica obra “*O Capital*”, ao tratar sobre o trabalho feminino em uma fábrica de papéis de parede, afirma que

Na fábrica de papéis de parede, as espécies mais grosseiras são impressas com máquinas, as espécies mais finas, manualmente (*block printing*). Os meses de negócios mais movimentados caem entre o começo de outubro e fim de abril. Durante esse período, o trabalho dura freqüentemente e quase sem interrupção das 6 horas da manhã até as 10 da noite ou ainda mais tarde (MARX, 1996, p. 361, grifo do autor).

Analisando a citação acima, inicialmente nos deparamos com a especialização do trabalho baseada na divisão entre o realizado pelas máquinas e o que necessita de força de trabalho, seja porque elas ainda não o podiam realizar devido às limitações tecnológicas da época, seja porque o custo do recurso humano era vantajoso em comparação ao investimento em máquinas específicas, criando uma força de trabalho especializada em aspectos próprios à produção (GOMES; TANAKA, 2003). É possível observar que há uma relação de equivalência no aumento da demanda e na elevação das horas de trabalho com base na mais-valia absoluta. O autor não especifica a razão da demanda, mas apresenta o que dela deriva: 16 horas de trabalho contínuo; nos demais relatos analisados, Marx destacou os de J. Leach, de outros médicos e de trabalhadores daquele período:

No inverno passado (1862) “de 19 moças, 6 deixaram de vir em consequência das doenças provocadas por excesso de trabalho. Para mantê-las acordadas, preciso gritar-lhes.” W. Duffy: “As crianças não podiam, freqüentemente devido ao cansaço, manter-se de olhos abertos, na realidade nós mesmos quase não o conseguimos”. T. Lightbourne: “Eu tenho 13 anos. (...) No último inverno trabalhávamos até 9 horas da noite e no inverno anterior, até as 10 horas. No inverno passado, eu costumava gritar quase todas as noites devido à dor causada pelos meus pés feridos”. G. Aspden: “Este meu filho, quando tinha 7 anos de idade, eu costumava carregá-lo nas costas para lá e para cá através da neve, e ele costumava trabalhar 16 horas. (MARX, 1996, p. 361).

Sobre as primeiras linhas da narrativa, voltada ao trabalho das moças, apesar de não especificadas as idades, sabe-se que em 1896, na mesma fábrica de papeis de parede citada,

de 19 empregadas 6 deixaram de comparecer em função de doenças advindas da função fabril exercida. Salienta-se que “Nenhum preceito moral ou jurídico impedia o patrão de empregar em larga escala a mão-de-obra feminina e infantil. Os princípios invioláveis do liberalismo econômico e do individualismo jurídico davam-lhe a base ética e jurídica” (GOMES, 1976, p. 466 *apud* LOPES, 2006, p. 412), possibilitando-o agregar em sua produção tamanho processo degradante de exploração, sendo “preciso gritar-lhes” para que se mantenham acordadas.

Em seguida, o autor enfoca as condições de trabalho das crianças que, semelhante às mulheres, não conseguiam manter os “olhos abertos” frente à exaustiva jornada. Apesar da pouca idade, trabalhos até altas horas da noite eram comuns entre os infantes e, quando não as protagonizavam, acompanhavam seus pais na busca pela renda familiar “[...] fazendo com que sua inserção fosse intermitente, em atividades de baixa qualificação e com consequente baixa remuneração” (AQUINO *et al.*, 1995, p. 282), contudo, necessárias à sobrevivência e únicas oportunidades dispostas pelo capital ao meio social menos abastado.

Novamente, as discussões voltam-se ao disposto no início desta seção, uma vez que as condições de trabalho não eram dependentes do proletariado e seus interesses, mas sim dos donos dos meios de produção e as articulações do sistema na busca pelo lucro. Assim, naturalizava-se a inserção de sucessivas gerações em ofícios fabris semelhantes aos dos seus ancestrais. Mulheres seguiam nas condições de trabalho “comuns” as mulheres, crianças e homens faziam o mesmo, enquanto proprietários das fábricas protagonizavam seu papel lucrativo sobre o cenário insalubre da fábrica, palco do trabalho.

Em outro trecho de *O Capital*, esse referente ao trabalho em uma fábrica de fósforos, Marx enumera as características dos que buscam emprego nesse setor, características pertencentes a determinadas camadas da sociedade, pois, citando relatos daquele período,

A metade dos trabalhadores são crianças com menos de 13 anos e jovens com menos de 18. A manufatura é tão mal-afamada, por ser insalubre e repugnante, que somente a parte mais degradada da classe trabalhadora, viúvas famintas, entre outras, cede-lhe crianças, “crianças esfarrapadas, meio famintas, totalmente desamparadas e não educadas”.³⁹⁴ Das testemunhas inquiridas pelo comissário White (1863), 270 tinham menos de 18 anos, 40 menos de 10, 10 apenas 8, e 5 apenas 6. A jornada de trabalho variava entre 12, 14 e 15 horas, com trabalho noturno, refeições irregulares, em regra no próprio local de trabalho, empestado pelo fósforo. Dante sentiria nessa manufatura suas fantasias mais cruéis sobre o inferno ultrapassadas. (MARX, 1996, p. 360-361).

“Viúvas famintas” e, principalmente, seus filhos, “crianças esfarrapadas”, perduram entre o público envolvido na “tão mal-afamada” produção de fósforos, equivalente aos mais

impetuosos círculos da *Comedia*, escrita por Dante Alighieri. Embora as dificuldades fabris chamem atenção, voltamos nossas análises a sutil associação¹² entre “a parte mais degradada da classe trabalhadora” e “viúvas famintas”. A ausência do homem tende a reformular a posição social da mulher e seus familiares naquele período, que de trabalhadora passara à viúva e parte menos afortunada do proletariado.

Essa metamorfose exemplifica o modo como a vivência das mulheres na revolução industrial não pode ser interpretada enquanto uma simples inflexão dos seus lugares sociais na sociedade patriarcal, tratava-se, na verdade, do resultado da exploração perpetuada pelo capitalismo e seus interesses liberais voltados ao acúmulo de riquezas, independente das condições de exploração, “[...] pois à mediada em que se desenvolviam as forças produtivas, esta [mulher] foi sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção” (BEZERRA, 2013, p. 172).

Portanto, não encontramos facilmente mulheres que, dissociadas dos maridos, possuam notoriedade no meio capitalista; não se registram proprietárias de fábricas, mas esposas de proprietários, as quais, submissas ao patriarcado, esboçam seu papel social enquanto boas acompanhantes de seus maridos. Quando afastadas do casamento – por viuvez ou divórcio, se pobres, provavelmente são classificadas conforme a descrição de Marx, se dotadas de melhores condições financeiras “devem” buscar alguma forma de sobrevivência ou um novo companheiro que garanta sua posição social.

Logo, percebe-se uma espécie de desprezo pela divorciada, desquitada ou separada de seu conjugue, exemplo do modo como o *status quo* à época vigente buscou maneiras de adaptar-se ao sistema capitalista, rearticulando seus vícios, principalmente os relacionados às mulheres, frente à ótica liberal de exploração desenfreada. Ainda com relação ao papel social da mulher nos primeiros passos do sistema capitalista, Marx destaca outros dados e narrativas com ênfase nos inquéritos parlamentares de indústrias de cerâmicas localizadas em Staffordshire, condado inglês da atual região de West Midlands. Desse modo, analisando os relatos do Dr. Greenhow, um dos médicos responsáveis pelos trabalhadores, descreve:

[...] que é extraordinariamente curto o tempo de vida nos distritos cerâmicos de Stoke-upon-Trent e Wolstanton. Embora no distrito de Stoke apenas 36,6% e em Wolstanton apenas 30,4% da população masculina acima de 20 anos esteja empregada nas cerâmicas, a incidência de mais da metade, no primeiro distrito, e de cerca de 2/5, no segundo, dos óbitos causados por doenças pulmonares, entre os homens dessa categoria, recai sobre os

¹² Não obrigatória apesar de abundante, nem todas as mulheres culminavam enquanto viúvas famintas, mas se trata de uma condição comum no cenário industrial.

ceramistas. O dr. Boothroyd, médico prático em Hanley, declara: “Cada geração sucessiva de ceramistas é mais raquítica e mais fraca que a anterior”. (MARX, 1996, p. 359).

Dois dados colhidos da citação acima, nos interessam em uma primeira análise: 36,6% no distrito de Stoke e 30,4% em Wolstanton, esses eram os homens com mais de 20 anos que protagonizavam trabalhos nos distritos industriais dedicados a produção de cerâmicas nas duas localidades de Staffordshire. Os demais quase 70% dos postos eram ocupados por indivíduos pertencentes a outras categorias sociais além dessa específica. Ou seja, crianças, mulheres e alguns poucos idosos perduravam entre a mão de obra local. O historiador Hobsbawn ao analisar as condições de trabalho inglesas e as relações estabelecidas entre o proletariado enfoca como

No que diz respeito aos trabalhadores pobres, faltava-lhes organização, liderança, e, talvez acima de tudo, a conjuntura histórica para fornecer uma alternativa política. Suficientemente fortes para fazer o projeto de uma revolução social parecer real e ameaçador, eles eram, porém, demasiadamente fracos para fazer algo mais do que ameaçar seus inimigos. Suas forças eram desproporcionalmente efetivas, pois estavam concentrados em massas famintas nos lugares mais sensíveis, ou seja, as cidades maiores, especialmente as capitais. (HOBSBAWN, 1977, p. 37).

Não por acaso o contingente operário era constituído por mulheres, crianças e idosos – em menor quantidade, pois entres esses existia menor risco de insurreição e apesar das doenças, a exemplo das pulmonares que acometem os ceramistas, conforme destaca Marx, a substituição era sucessiva e mecânica, semelhante ao próprio trabalho. Inexistiam amplas organizações ou lideranças que concedesse uma alternativa política ao cenário insalubre de exploração, a heterogeneidade das idades, condições, posturas e grupos sociais impossibilitava o sucesso desses movimentos e expressava o interesse da conjuntura (DUARTE, 2016)

Outra informação determinante trazida por Hobsbawn é a correlação entre a fome – adjunta às demais mazelas da insalubridade – e as grandes cidades, escancarando a desigualdade social, tema distante do vocabulário da época, voltado aos avanços do capitalismo. Desigualdade exposta também nas relações de trabalho, uma vez que o operariado masculino possuía e efetivamente atormentava o sossego dos patrões, enquanto o restante dos trabalhadores e das trabalhadoras não ofereciam tamanho risco, pois, corroborando com análises anteriores, além da identidade fabril e suas dificuldades, as

mulheres ainda se encontravam submetidas ao patriarcado, o mesmo se aplicando às crianças e aos poucos idosos.

Finalizando o trecho do relato com a fala de um médico chamado “Dr. Boothroyd”, Marx transcreve que “Cada geração sucessiva de ceramistas é mais raquítica e mais fraca que a anterior”, exemplificando o resultado do processo exaustivo de exploração em prol da mais-valia. Além disso, ocorreu também um

[...] violento dilaceramento da sua subjetividade na produção, quando se tornou subordinado à máquina no processo produtivo. Essa subordinação do homem à maquinaria resultou na formação do “exército industrial de reserva” e num conjunto de problemas sociais tais como a precarização das condições de trabalho e de sobrevivência do trabalhador e as doenças laborais, entre outras formas de violência (DUARTE, 2016, p. 41, grifo do autor).

Dentre as doenças que acometiam os trabalhadores destacamos, por exemplo: varíola, febre tifoide, tuberculose, diarreia e outras causadas pela insalubridade que cercava a fábrica, periferia em que residiam os trabalhadores e onde inexistia saneamento básico e condições de higiene. Outro grupo de doenças, quiçá até mais amplo, era o das provenientes do trabalho fabril, essas assumiam características principalmente respiratórias e, por vezes, acarretavam as citadas anteriormente. Por fim, apesar de não serem enfermidades, os acidentes de trabalho abundavam entre os casos de incapacitação para o exercício de alguma atividade ou de demissão. Dedos, mãos, braços e pernas estão entre os exemplos de membros comumente “engolidos” ou decepados pelas máquinas.

Assim, o trabalhador foi generalizado e transfigurado de humano à condição de estatística nos registros fabris, sendo substituído quando necessário, pois a mão de obra ociosa multiplicou-se no período das revoluções, sendo esse processo ampliado para além da Inglaterra a partir da década de 1860. Pensar esse “processo de adoecimento” implica considerá-lo uma condição gradual que afetava cotidianamente o trabalhador desembocando nas enfermidades. Além disso, quando redirecionamos as análises à realidade da mulher, é necessário considerarmos

[...] que as relações sociais desiguais de gênero se traduzem também em problemas de saúde que afetam particularmente a população feminina, grupos organizados de mulheres embasadas nesse argumento propuseram que a perspectiva de mudança das relações sociais entre homens e mulheres servisse de base à elaboração, execução e avaliação das políticas de saúde da mulher. Esses grupos reivindicaram sua condição de sujeitos de direito, com necessidades que extrapolavam o momento da gestação e do parto, demandando ações que lhes proporcionassem melhoria das condições de

saúde em todos os momentos e em todas as dimensões da vida. Em função dessas relações de desigualdades, homens e mulheres estão expostos a padrões distintos de adoecimento, sofrimento e morte, originando uma maior vulnerabilidade às condições de saúde feminina (PEDROSA, 2005, p. 35 *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 14).

Aqui nos deparamos com outra faceta do operariado, baseada nas reivindicações e luta organizada pelos seus interesses. Nota-se que, conforme a autora, diferentes condições de gênero resumem-se a cenários distintos de adoecimento, uma vez que a mulher detém alguns processos biológicos inexistentes entre os homens. A gravidez, por exemplo, símbolo de um ciclo natural responsável pela origem da vida, encontra-se entre esses que afetavam a produção e, conseqüentemente, balizavam o tratamento direcionado a elas.

Na fábrica, o advento da gravidez implicava algum afastamento das funções, logo impedindo que o patrão usufruísse da mão de obra e que a trabalhadora recebesse seus rendimentos, pois não existiam legislações trabalhistas e os contratos de trabalho, os poucos que existiam, eram celebrados no íntimo das fábricas com termos quase sempre definidos pelos contratantes. Assim,

Naquele momento, como ainda hoje, diferentemente do que sucedia e sucede com os dramáticos acidentes de trabalho, principalmente os da indústria pesada, os problemas de saúde das mulheres não eram vistos como relacionados com o trabalho, sendo enfocados apenas do ponto de vista da prevenção dos riscos à gravidez, reforçando a visão biologicista e funcionalista sobre a mulher (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2006, p. 183-184).

O afastamento ocorria visando não interferir na gestação, sendo a preocupação voltada a esse processo e não à mulher enquanto indivíduo. Enfocavam-se concepções biologicistas e funcionalistas do corpo feminino, incumbido à reprodução¹³. Além disso, conforme descrevemos, intentos que afetassem a saúde não eram correlacionados a insalubridade do trabalho, isentando o contratante das suas responsabilidades trabalhistas – termo, infelizmente, anacrônico se relacionado às revoluções (SAFFIOTI, 1973). Afinal, de onde viriam os futuros braços que operariam as máquinas?

Novamente, a resposta é aparentemente simples, mas tecnicista em sua definição. A mulher exerce esse papel de natalidade e por isso a gravidez fora considerada motivo para o afastamento do trabalho. No entanto, não se configurou em regra, por vezes

O tempo em que a mulher fica afastada do mercado de trabalho, afora a licença-maternidade, se constitui em outro fator que parece interferir na

¹³ Em diversos casos ocorriam casamentos precoces no intuito de ampliar a natalidade do operariado, tendo em vista a reduzida expectativa de vida.

relação entre maternidade e trabalho. Assim, quanto mais tempo uma profissional se mantém afastada do trabalho, menor é a probabilidade de retomar sua vida profissional [...] Entre elas, uma maior probabilidade de rebaixamento na estrutura hierárquica da organização, assim como reduções nas chances de promoção. (OLIVEIRA *et al.*, 2011, p. 274).

Logo, o afastamento das atividades ou a licença maternidade – termo contemporâneo que também não se aplica ao período das primeiras revoluções – tendem a condicionar uma série de consequências à mulher no retorno ao trabalho. Promoções, aumentos salariais – escassos – e outros benefícios esvaíam-se da perspectiva dela de modo a questionar-se sobre a gravidez e o período que ficará afastada; muitas mulheres passaram, assim, a ver essa etapa da vida enquanto nociva a sobrevivência no meio capitalista e suas demandas de produção.

Desse modo, ao pensarmos esses afastamentos enquanto possíveis e primitivas “[...] normas de proteção ao trabalho da mulher pode-se concluir que nenhum deles realmente se presta a proteger o trabalho feminino. O que efetivamente buscou-se proteger foi a estrutura da família patriarcal [...]” (LOPES, 2006, p. 411), devolvendo a mulher ao lar no período em que não poderia trabalhar. Caberia ao marido assumir as responsabilidades enquanto ela gestava a nova geração, percebe-se que há o enfoque na saúde da criança e na estrutura do lar, mas não na saúde da mulher e suas demandas.

Tanto que, após a gravidez e algum pouco tempo destinado à lactação, elas retornavam ao chão da fábrica, muitas levando seus filhos, futuros trabalhadores. Vale destacar que esse cenário marcado pela sequência: gravidez, afastamento para a gestação, amamentação, recuperação e retorno ao trabalho, configura-se enquanto exceção e não regra, não sendo comum naquele tempo. Nos primórdios do desenvolvimento do capitalismo, além de perderem a renda quando ausentes das máquinas, diversas mulheres eram demitidas nesse processo, entrando outras em seus lugares; uma prática que visava a maior dinamização dos lucros, “[...] pois o que é exportado e explorado é o caráter tradicionalmente desvalorizado do trabalho feminino” (BRITO, 2000, p. 198).

Desvalorização novamente presente no caráter complementar do ônus obtido pelo feminino, esse adjacente ao do marido, responsável pela renda antes, principalmente durante e após a gravidez. Um papel executado pelo verdadeiro “conjugue varão” (LOPES, 2006) que, com isso, mantinha a estrutura familiar “no seu devido lugar”, sobrando à mulher o dever de recuperar-se rapidamente para poder fazer “o mínimo possível” ao contribuir de algum modo no sustento do lar, cuidando dele no período alternativo à jornada operária.

Um ciclo movido pelo patriarcado e que balizava o lugar social da mulher na sociedade liberal capitalista, cenário irrompido apenas em meados do século XX, mas ainda

sim dotado de resquícios ou faíscas que nada têm de inofensivas, pelo contrário, causam tênues incêndios ainda no tempo presente, denunciando suas persistências no cenário mundial apesar das diversas conquistas das mulheres, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Portanto, conforme analisaremos, “As relações de dominação patriarcal se reproduzem em todas as esferas da vida, inclusive no trabalho. Além das relações de opressão comuns a todos os trabalhadores” (AQUINO *et al.*, 1995, p. 286).

Desse modo, como sabemos, explorados foram os trabalhadores nas sucessivas revoluções, mas o operariado feminino vivenciou um processo intensificado dessas condições, vez que, além da condição operária, havia o patriarcalismo, presente em maior grau entre os maridos, apesar do notável contexto de exploração comum entre os mais pobres. Os expoentes desse período arrastaram-se pelos séculos e, apesar das “podas” realizadas pelas lutas femininas, a erva daninha do patriarcado, embebida pelo capital, conseguiu ramificar-se na sociedade atual. Logo, iniciamos com as análises sobre o período das revoluções industriais e prosseguiremos rumo ao tempo presente do capital, marcado pela globalização e outras formas de exploração contemporâneas, dotadas também de particularidades com relação à mulher, seu lugar social e profissional.

3 ADOECIMENTO DA MULHER TRABALHADORA NO SÉCULO XXI: UMA DAS CONSEQUÊNCIAS DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Apesar das mudanças significativas ao longo dos anos no mundo do trabalho, é importante destacar que permaneceram os fundamentos do patriarcado. Nesta seção, discutiremos suas características e a forma como afetam as trabalhadoras no século XIX, destacando suas consequências. Por isso, analisaremos o tempo presente, visando apontar em quais lugares a mulher vem sendo inserida na sociedade capitalista, destacando dificuldades, preconceitos e discriminações atrelados ao feminino e suas atuações profissionais.

Nesse cenário de trabalho da mulher, o adoecimento acaba por se caracterizar uma das expressões da intensificação da exploração do trabalho, bem como essa exploração estende-se a outros espaços da sociedade, cristalizando concepções sobre a mulher e lugares sociais que seriam “apropriados” a ela. O ambiente familiar seria um dos exemplos disso ao caracterizar-se, em alguns casos, como reprodutor de aspectos patriarcais e intensificador do adoecimento quando justifica as múltiplas jornadas das mulheres. Frente a isso, os direitos trabalhistas e relações de equidade são demandas comuns entre as trabalhadoras afetadas por esses processos do capital, no entanto, parecem ser afetadas também pelas estruturas do sistema e suas relações com o trabalho feminino, cujas mudanças discutiremos a seguir.

3.1 Mudanças no mundo do trabalho: a intensificação da exploração do trabalho feminino e o universo familiar da mulher face ao patriarcado

As relações de trabalho foram marcadas por diversas continuidades ou mudanças, que se arrastaram ao longo dos anos, estando ainda atreladas ao capitalismo e sua estrutura. O trabalho feminino sofreu grande impacto nesse processo, pois as mulheres passaram a acessar espaços até então inacessíveis durante as primeiras revoluções industriais —, porém, antigos problemas, como a exploração excessiva e problemas de saúde advindos do ambiente trabalhista, ainda marcam presença no âmbito do trabalho. É importante destacar, que apesar das transformações ocorridas nessas relações nos séculos posteriores ao início da revolução industrial, o patriarcado permaneceu intrínseco ao sistema do capital, uma vez que o patriarcado, “[...] como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens [...]” (SAFFIOTI, 2015, p. 47); diferentemente do gênero, que diz respeito a uma categoria histórica, a construção social do feminino e do masculino, que não

regula somente as relações entre homens e mulheres, mas também as relações entre os próprios homens e as próprias mulheres (SAFFIOTI, 2015). Isto posto, na origem da palavra, o patriarcado é relacionado à "autoridade do pai", portanto, há dominação do homem e opressão feminina: o homem é possuidor do poder.

No Brasil, especificamente, em resposta a isso, diversas mulheres passaram a reivindicar “[...] a não-hierarquização das especificidades de homens e mulheres, propondo igualdade social que reconhecesse as diferenças, hoje expressa na ideia de equidade de gênero” (FREITAS *et al.*, 2009, p. 425). Contudo, mesmo havendo essa proposta de igualdade social, não se anula o intenso processo de exploração de trabalho. São exceções à regra as trabalhadoras com subsídios equivalentes ou superiores aos dos homens, “[...] uma afronta ao princípio de igualdade [...]” (LOPES, 2006, p. 413), mantendo uma disparidade.

A inexistência de equidade entre homens e mulheres desconsidera a jornada dupla a que muitas mulheres se encontram submetidas. Logo, embora existam possibilidades de trabalho a ambos os sexos em variadas áreas de atuação no sistema capitalista, ainda há imposição da sociedade em relacionar algumas áreas de trabalho como específicas da mulher, além de algumas dificuldades devido a questões familiares e o patriarcalismo. Estas, marcam presença e inviabilizam a paridade de condições e equidade no processo de exploração do trabalho remunerado. Por isso, menores salários e exaustivas jornadas diárias não desapareceram do vocábulo com a globalização do capital, apenas se adaptaram a novos cenários e demandas.

Principal exemplo dessa adaptação e continuidade ao longo dos séculos, é o ambiente familiar cotidiano, núcleo da sociedade e organização sobre a qual ela se funda, é responsável em grande medida pela dupla jornada e pela construção da “mulher ideal”¹⁴, semelhante ao século XVIII. É na família que “[...] as hierarquias de gênero são criadas, reproduzidas e mantidas dia a dia através da interação dos membros do lar. Na família é onde a divisão sexual do trabalho, a regulação da sexualidade e reprodução dos gêneros se encontram enraizadas.” (LEÓN, 1995, p. 80 *apud* CAMPOS; TEIXEIRA, 2009, p. 21), perpetuando um círculo vicioso que demarca e baliza os limites da mulher, comumente semelhantes aos alicerces do lar, local onde “deve permanecer”.

Novamente, faz-se necessário elucidar algumas questões referentes ao conceito de família, pois não buscamos descartá-la ou desestimular a sua formação, e sim expor a forma como sua estrutura tem se mantido ao longo dos séculos na constituição: homem, mulher e

¹⁴ Personagem multitarefas, submissa e devidamente disposta ao trabalho exaustivo. Trata-se de uma imagem romantizada da mulher que, em diversos casos, desconsidera seus interesses e autonomia.

filhos, excluindo outras formas de organização, como a homoafetiva. Essa condição “tradicional” se encontra

Entre outros problemas que podem estar presentes para essas mulheres, e que contribuem para que a adaptação entre a família e o trabalho possa constituir um desafio, quatro em especial mostram-se proeminentes: a) conflito entre demanda familiar e profissional, b) manifestações de estresse e sintomatologia ansiosa, c) crenças disfuncionais de desempenho, e d) desequilíbrio na divisão de tarefas relativas aos cuidados domésticos e dos filhos (OLIVEIRA *et al.*, 2011, p. 272)

Por isso, há a intensificação do trabalho, embora elas não ocupem a maioria geral dos empregos. Tradicionalmente, não se reconhece as atividades cotidianas do lar enquanto “trabalho”, conferindo-lhes um caráter obrigatório à mulher e causando um atrito entre a família patriarcal e a vida profissional, esse responsável pela ausência de diversas mulheres no mercado de trabalho. Portanto, aquelas que se dispõem a transcender essa condição e alcançar o mercado iniciam a luta já com tamanho peso sobre os ombros. Além disso, os desequilíbrios relacionados à divisão dos cuidados domésticos exemplificam que as condições das revoluções industriais não aparentam estar distantes quando analisadas na ótica do trabalho feminino, parecem, na verdade, estar sob uma nova roupagem (GOMES; TANAKA, 2003).

Portanto, ao tratarmos de uma intensificação do trabalho feminino, necessitamos considerar a forma como ele se estende para além da vida profissional, alcançando o cotidiano. Nas revoluções, as mulheres se dividiam entre a vida operária e a do lar, hoje a condição é semelhante; a jornada dupla, às vezes tripla, manteve-se e, em certos contextos, intensificou-se. A situação é atenuante no caso das famílias menos abastadas.

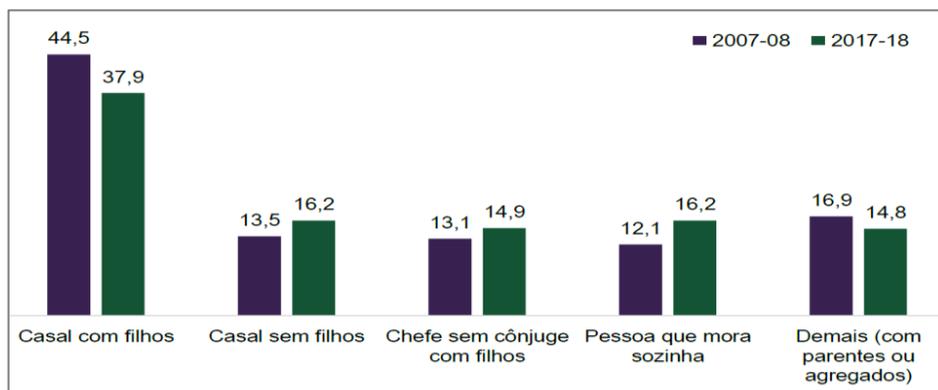
[...] frequentemente elas não têm condições econômicas para pagar a alguém que possa fazer os trabalhos domésticos. Regularmente precisam recorrer a redes de apoio familiar e comunitário que colaboram com a realização do trabalho seja este na esfera pública ou privada. Como na maioria dos casos os serviços domésticos ficam sobre sua responsabilidade, essas mulheres acabam enfrentando uma dupla ou tripla jornada de trabalho para que haja manutenção de suas famílias e também para que possam atuar no mercado de trabalho formal (RODRIGUES, 2016, p. 4).

O fato de o serviço doméstico ser incumbido exclusivamente à mulher é apenas um dos resultantes da família tradicional e estaque que contribui na manutenção de um *status quo* sobre as exaustivas jornadas. Precisam elas manter a família para depois atuar no mercado formal, convivendo também com impedimentos relacionados à postura dos maridos sobre as “saídas” do lar. Nessas condições, multiplicam-se as defesas de que “[...] possuindo

maridos para sustentá-las devem deixar os empregos para os homens” (SAFFIOTI, 1973, p. 160).

Consequentemente, encontram dificuldades, vinculadas à família ou ao patriarcalismo, em relação à estabilidade nos empregos. Sobre isso, dados organizados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em parceria com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e expostos na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), revelam informações da atuação feminina no mercado de trabalho em São Paulo, principal centro econômico não apenas do Brasil, mas da América Latina. A seguir apresentamos essas informações.

Ilustração 01 – Distribuição das famílias, segundo os tipos de arranjo familiar Região Metropolitana de São Paulo – 2007-2008 e 2017-2018



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese e Ministério do Trabalho/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED

As informações da ilustração são referentes ao intervalo de 10 anos entre 2007/2008 e 2017/2018 quando ocorreram diversas mudanças no âmbito familiar paulistano. Nota-se que concomitantemente a essas modificações/flexibilizações na estrutura das famílias gradualmente foram alterados os lugares sociais e profissionais das mulheres, comprovando, conforme apresentamos, que são influenciados pelos “[...] espaços de sociabilidades, as regras de convivência, as interferências de familiares, e tantos outros elementos que orientaram a vida de cada um dos sujeitos sociais.” (CONCEIÇÃO, 2015, p. 21).

Diminuíram os casais com filhos e aumentaram os sem prole – além da elevação do número dos que moram sozinhos. Essas mudanças se devem ao panorama do capital contemporâneo, cujos interesses se alinham ao individualismo empresarial e à ampla concorrência. Como resultado, mudou-se a família e o lugar da mulher que, no entanto, ainda obtém menores rendimentos que os homens, pois

Ocupações identificadas como femininas costumam ser desenvolvidas e pagar menores salários, porque culturalmente são tidas como extensão natural dos afazeres domésticos e cuidados familiares, ou seja, exigiriam menos qualificação. Aqui reside a origem de tanta dedicação das jovens à educação e profissionalização, como meio de superar essa tendência observada, de reservar às mulheres, atividades de menos qualificação e, por conseguinte, menor remuneração. (PINHEIRO, 2012, p. 14).

Necessitam estudar mais e profissionalizar-se mais para obter, em muitos casos, menores salários em ofícios semelhantes aos masculinos. No debate atual ainda se inserem as questões das profissões cristalizadas enquanto “femininas”¹⁵, naturalmente classificadas como uma extensão dos afazeres domésticos ou “dominadas” pelas mulheres. Aqui, destacam-se, por exemplo, o magistério, a enfermagem, o Serviço Social, área de telemarketing, e outros trabalhos e áreas do conhecimento. Contudo, o predomínio das mulheres não implica a valorização do trabalho, em caminho contrário, há uma depreciação dessas profissões que têm os menores pisos salariais e, raramente, alcançam o teto da carreira. Carreiras que por muito tempo foram alijadas das mulheres, pois elas

[...] não tinham carreiras e sim empregos em função do caráter individualista que a carreira poderia pressupor aliada a questão da maternidade (só a mulher tem as condições biológicas para engravidar) o que leva ao pensamento coletivo (construção da família), muito mais do que individualista (busca de satisfação de algum anseio específico). E quando o fazem em busca da carreira, muitas protelam a maternidade buscando “competir” em termos de igualdade com os homens (ROMAGNANI, 2018, p. 203-204).

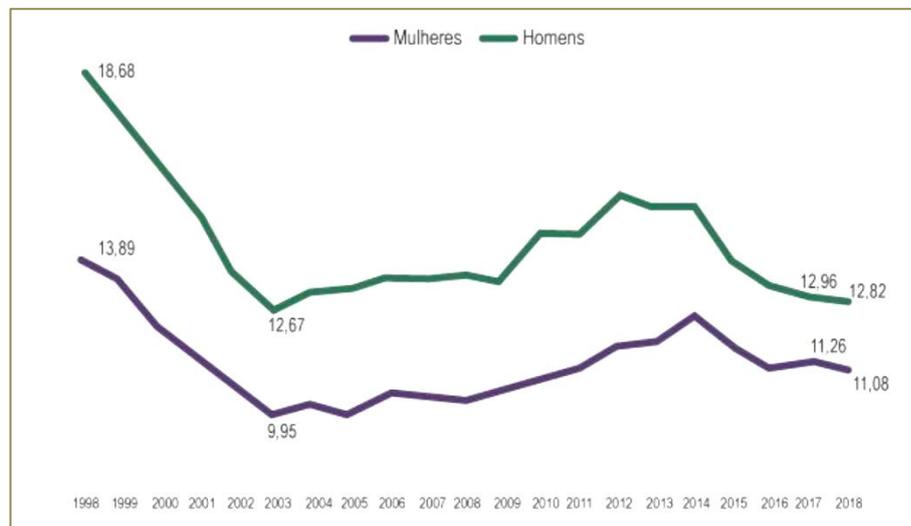
A carreira, termo titular no vocábulo do capitalismo, que demanda cada vez mais profissionais empossados de títulos e especializações, pressupõe a dedicação integral a uma formação, posicionando a mulher em uma encruzilhada onde muitas vezes não pode decidir o próprio caminho devido à jornada dupla em que se encontra e outras condições comuns no trabalho feminino e atreladas ao patriarcado. Nessa bifurcação, um caminho é marcado pelo abandono da carreira em prol de uma formação básica. Já o outro, pauta-se no trabalho, especialização e consolidação da carreira, mas costuma excluir a maternidade e os afazeres do lar. Portanto, uma decisão difícil e polarizada na condição atual de muitas trabalhadoras.

¹⁵ Diversos fatores propiciaram esse fenômeno. Em alguns casos, como o magistério, originalmente fora incumbido a mulher o ensino dos filhos e com o advento da educação pública básica contemporânea as características iniciais foram transmitidas para a profissão docente. No entanto, são incontáveis os processos semelhantes que se desenvolveram.

Competir em alguma igualdade significa abandonar as condições cristalizadas como femininas pelo patriarcalismo e que costumam pesar sobre a mulher. Isso sendo possível caso ela opte por seguir o caminho do trabalho, especialização e consolidação da carreira. Nesse, provavelmente, terá de conviver também com a ruptura do *status quo*. Todavia, dever-se-ia considerar que “[...] ninguém nasce mulher; torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade” (BEAUVOIR, 1980, p. 9 *apud* CRUZ, 2015, p. 34).

Na realidade, as dificuldades encontradas pelas mulheres são expoentes da estrutura patriarcal que, como no passado, adaptou-se ao capitalismo. Como dito anteriormente, mesmo com todas as modificações, existe os que não seguiram a mesma perspectiva. Isso sendo expressivo ao observarmos dados com relação às demissões e aos salários obtidos entre os sexos, a discrepância denota o resultado apresentado a seguir.

Ilustração 02 – Rendimento médio real por hora segundo sexo. Região metropolitana de São Paulo – 1998-2018



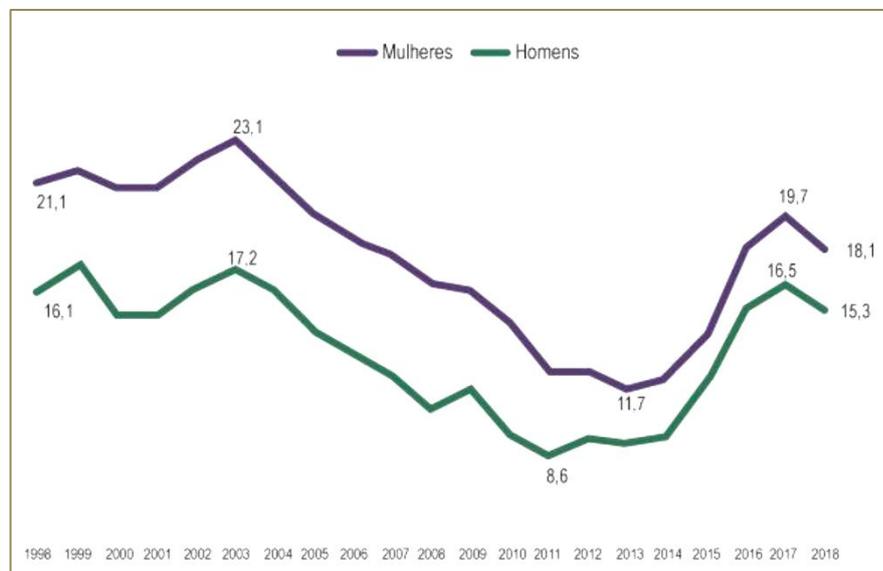
Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese e Ministério do Trabalho/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED Inflator utilizado: ICV-Dieese

Analisando as informações, marca presença a diferença considerável dos salários médios por hora entre os sexos. Apesar de, em 2018, mulheres receberem cerca de R\$ 11,08 frente aos 12,82 dos homens, uma diferença de R\$ 1,74, desde 1998 o espasmo entre as duas linhas salariais tem sido gritante. Naquele ano, enquanto homens ganhavam R\$ 18,68, mulheres recebiam R\$ 13,89, uma diferença de R\$ 4,79. Com as sucessivas crises do capital ocorridas desde então, houve a diminuição dos salários, mas que continuaram distintos, tendo

em vista a estrutura patriarcal que parece impor um “teto” extraoficial ao salário pago às mulheres.

Outra importante característica: não existe uma realidade diretamente proporcional entre o salário inferior da mulher e as horas trabalhadas. Em diversos casos, trabalham períodos iguais ou superiores aos homens para receber os rendimentos apresentados no gráfico 02, além da segunda jornada por vezes iniciada, após o trabalho, no lar. Como resultado, “[...] definem-se padrões quanto a posições, atitudes e comportamentos e práticas em geral que, entre outros aspectos, são capazes de reprodução das desigualdades e diferenças sociais” (CAMPOS; TEIXEIRA, 2009, p. 21), naturalizando-se essa condição da mulher e os problemas a ela inerentes, ignorados pelo capital e seus ares empresariais. Problemas expressos na próxima ilustração.

Ilustração 03 – Taxas de desemprego total, por sexo Região Metropolitana de São Paulo 1998-2018



Fonte: Secretária de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese e Ministério do Trabalho/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED

É sabido pelos dados e teorias apresentadas que diversas questões acometem as mulheres no mercado de trabalho. Partindo da ilustração 03, a questão do desemprego preocupa e reflete um detrimento do menor remunerado trabalho feminino. Desde 1998, as demissões assombram as trabalhadoras em números maiores que os homens, aproximando-se

apenas entre os anos de 2015 e 2016 quando houve um agravamento da crise econômica devido às instabilidades políticas instaurada no país¹⁶.

Nos demais recortes temporais, acometidos ou não por crises do capital, mais mulheres foram demitidas, exemplificando que, apesar das reivindicações, são-lhes negadas “carreiras” em prol do oferecimento de “empregos”, causando instabilidade. Assim, as explorações físicas e psicológicas são intensificadas, pois muitas trabalhadoras vivem à sombra da demissão. Como resultado, os adoecimentos crescem entre mulheres que sobrevivem às jornadas marcadas por empecilhos como longas horas de trabalho, atividades cotidianas, principalmente no ambiente familiar, e outras questões impostas pelo patriarcado, que as dificultam.

3.2 O adoecimento da mulher trabalhadora na contemporaneidade

Ao tratar do adoecimento na contemporaneidade, ganham espaços novos tipos de doenças que são cientificamente comprovadas relacionadas ao trabalho. Se nas revoluções industriais, o corpo físico era o principal afetado¹⁷, devido a cargas horárias extensas de trabalho, excesso de peso e movimentos que exigiam fisicamente dos trabalhadores, atualmente são as doenças psicológicas que vem assumindo maior proporção no cenário trabalhista. A Depressão, Ansiedade, Transtorno Afetivo Bipolar e outras enfermidades, são alguns exemplos que pairam entre a psicologia e a psiquiatria, e resultam na exaustão contemporânea do trabalhador, principalmente da mulher¹⁸. Isso ocorre porque desde o início do século XX até meados dos anos 1970, as trabalhadoras foram tratadas “[...] de forma restrita, reducionista e fragmentada, com ações voltadas ao ciclo gravídico-puerperal. As

¹⁶ Período marcado por crises e inflexões sociais, a Câmara dos Deputados abriu o processo de Impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, membros do poder judiciário eram investigados por operações da Polícia Federal, entre outras questões que insuflaram uma crise política nacional, instabilizado o país e a estrutura econômica.

¹⁷ É importante ressaltar, que eram consideradas pelos empregadores naquele período apenas as doenças físicas, as doenças de cunho psicológico não eram vistas como doenças ocasionadas pelo trabalho.

¹⁸ Segundo o Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde, das doenças relacionadas ao trabalho, do Ministério da Saúde do Brasil (2001) são consideradas algumas delas: os Transtornos mentais e do Comportamento relacionados ao trabalho (Grupo V), como episódios depressivos e estresse pós-traumático; Doenças do Sistema Nervoso relacionadas ao trabalho (Grupo VI), como parkinsonismo secundário devido a outros agentes externos; Doenças do Sistema Respiratório relacionadas ao trabalho (Grupo X), como asma, rinite e sinusite crônicas; Doenças do Sistema Osteomuscular e do Tecido Conjuntivo relacionadas ao trabalho, como dorsalgia, bursite da mão, lesão por esforço repetitivo (LER) (Grupo XIII) da CID-10.

ações eram verticalizadas e centralizadoras, o que distanciava as medidas adotadas das reais necessidades dessa população-alvo” (FREITAS *et al.*, 2009, p. 425).

Assim, semelhante ao século passado, a saúde era apenas pensada durante a gravidez e suas etapas, período exclusivamente reprodutivo. Características próprias àqueles anos, a verticalização e a centralização das esporádicas políticas públicas eram baseadas na não inserção do feminino do campo político participativo que as envolviam, legando-o a um lugar submisso e marcado pelas “[...] dificuldades decorrentes da vivência conjunta da maternidade e do trabalho [que] podem afetar a vida da mulher em diversos aspectos, sobretudo no que se refere à sua saúde psicológica” (OLIVEIRA *et al.*, 2011, p.272). Oliveira, ao discutir a posição do esgotamento psicológico em meio às políticas públicas direcionadas ao feminino, enfatiza que

A depressão entre os trabalhadores tornou-se uma doença bastante comum e ocupa, conforme a autora, a posição de terceira doença que mais causam afastamentos das atividades laborais, ao lado das doenças osteomusculares e do aparelho circulatório. Há profissões onde a incidência de doenças mentais torna-se maior, como é o caso dos bancários, frentistas, trabalhadores do comércio, metalúrgicos, rodoviários, professores e transportadores aéreos, categorias de maior risco para desenvolver quadros depressivos (OLIVEIRA, 2019, p. 61).

Novamente, nota-se a divisão contemporânea dos trabalhos entre os que demandam requisitos físicos e os que necessitam de intelectuais técnicos, os últimos ganhando maior espaço devido às inovações tecnológicas e dinâmicas próprias à “era dos computadores”. Contudo, conforme apresenta a autora, há ainda doenças laborais predominantemente físicas, como as de cunho circulatório e osteomuscular. Nessas, o trabalhador ou trabalhadora é acometido por enfermidades decorrentes das atividades prestadas. A exemplo disso, destacamos o trabalho do telemarketing, pois este detém tecnologias para administrar ligações por sistemas de reconhecimento de voz. As empresas de telemarketing visam oferecer aos clientes um atendimento especializado e eficaz, busca também reduzir seus custos e flexibilizar as atividades de atendimento. Nogueira, aponta o trabalho realizado por uma grande empresa do setor

[...] a Atento-Brasil conta com 12.500 postos de atendimento, 22 mil operadores, totalizando 24.800 funcionários. [...] é umas das companhias mais importantes para a obtenção do primeiro posto de trabalho, assim como uma das principais instituições que permitem compatibilizar os estudos com a inserção do trabalho, já que a jornada básica nos postos de atendimento é de seis horas diárias, entretanto, marcada por uma acentuada exploração da

força de trabalho. Cabe lembrar, também, que a folha de pagamento do grupo Atento-Brasil é composta em mais de 70% por mulheres. (NOGUEIRA, 2006, p. 271).

O trabalho com o telemarketing é realizado através do atendimento telefônico, as operadoras trabalham passando informações, solucionando dúvidas e orientando os clientes na utilização dos seus produtos e serviços. Para a realização desse trabalho é necessário que se fique de 80% a 90% de sua jornada de trabalho sentada com sua atenção voltada para um microcomputador, teclado e fones de ouvido. Como dito na citação acima, a carga horária de trabalho é apenas de seis horas diárias, porém, sendo uma jornada intensa de exploração e controle da força de trabalho. Com isso, as operadoras passam a adquirir problemas osteomusculares, devido ao tempo sentadas, sem pouca locomoção e movimentos repetitivos; problemas respiratórios, ocasionados pelo uso constante de ar-condicionado e ambientes com poeira e má ventilação. Sendo incontáveis as profissões e doenças enquadradas nessas características. Apresentamos a seguir dados com relação as que causam o maior número de falecimentos no Brasil de acordo com a faixa etária.

Ilustração 04 – Classificação dos 10 grupos de doenças com maiores taxas de mortalidade em 2012, segundo faixa etária - Brasil, 2012 (em 100 mil habitantes)

Grupo de doenças ⁽¹⁾	2012				Total ⁽²⁾
	Até 24 anos	De 25 a 34	De 35 a 64	65 anos ou +	
Doenças do aparelho circulatório	3,5	13,2	133,5	1342,7	166,9
Neoplasias (Tumores)	5,4	12,7	109,0	614,2	95,9
Causas externas de morbidade e de mortalidade	54,6	105,7	73,0	119,4	76,1
Doenças do aparelho respiratório	6,3	6,6	35,0	551,7	63,7
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	4,9	9,5	31,5	260,8	37,5
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	1,6	3,3	28,3	290,0	36,3
Doenças do aparelho digestivo	1,7	6,6	38,6	171,5	30,3
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	5,7	12,7	29,3	116,8	24,8
Doenças do sistema nervoso	4,0	3,2	7,1	113,1	14,4
Doenças do aparelho geniturinário	0,8	1,7	8,9	119,1	14,0
Total	128,9	183,1	511,5	3777,3	591,5

Fonte: DIEESE, 2016.

Iniciando pela faixa de até 24 anos, nota-se a prevalência de causas externas – não diretamente relacionadas ao trabalho – de morbidade ou mortalidade. No intervalo dos 25 aos 34 anos, as causas se mantêm, incluindo um maior número de doenças infecto parasitárias. A maior inflexão é encontrada entre os 35 e 64 anos, período denominado “meia idade”, quando

os trabalhadores apresentam traços iniciais do envelhecimento. Nesse, predominam as enfermidades ligadas ao aparelho circulatório e os tumores. Por fim, os dados se consolidam na população idosa, momento em que todas as consequências da vida se manifestam. Assim, podemos categorizar as principais doenças decorrentes do trabalho entre as que atingem os aparelhos circulatório e respiratório, além dos tumores.

Rememorando as discussões iniciais desta produção, entre as revoluções industriais e o tempo presente há uma continuidade nas doenças que acometem o corpo físico do trabalhador, comprometendo-o na velhice. Sobre isso, Gomes e Tanaka, ao se debruçarem sobre dados quantitativos relacionados ao trabalho feminino e as doenças dele decorrentes, chegaram a conclusões sobre mulheres com algumas das doenças crônicas, como lesões osteomusculares, problemas circulatórios, respiratórios e os de cunho psicológicos que já expusemos; de acordo com as autoras:

Em conclusão, as mulheres de níveis sociais inferiores são arrimo de família mais frequentemente que aquelas de níveis sociais superiores; a escolaridade obtida pela mulher a partir do segundo grau completo contribui fortemente para o alcance de melhor nível social, mas com diploma de curso superior aumenta a possibilidade de estar nos níveis sociais superiores; que mulheres com atividade remunerada referiram mais queixas tanto de morbidades agudas quanto de crônicas que as donas de casa (GOMES; TANAKA, 2003, p. 81).

Diversas informações são expostas pelas conclusões das pesquisadoras, que dialogam com as oriundas de nossa pesquisa, as separamos em: 1) condição financeiro-social; 2) jornada de trabalho; 3) escolaridade. As especificidades das três categorias propiciam o adoecimento da mulher e a busca por atendimento médico. Primeiro, a condição financeiro social contribui para o adoecimento seja pelo trabalho exercido seja pelos horizontes de tratamento hospitalar, pois, após analisar casos entre os mais pobres, percebe-se que “[...] a situação era duplamente preocupante: faltavam-lhes médicos e, junto a isso, medicamentos adequados para o tratamento das suas doenças.” (BRAZ, 2019, p. 39).

A possibilidade de cuidados médicos é fixada pelo status financeiro e social dos indivíduos, aqueles com maiores poderes aquisitivos usufruem de tratamentos, aqueles com menores são alijados dessa possibilidade ou ficam a depender do Sistema Único de Saúde (SUS). Em segundo lugar, a jornada de trabalho, obviamente, condiciona a vida do trabalhador. No caso das mulheres, seu caráter duplo intensifica a possibilidade de adoecimento, uma vez que o corpo físico e o psicológico são levados à exaustão incontáveis

vezes ao longo de uma semana comum de trabalho. Como apresentado, os reflexos das abusivas jornadas são registrados ao longo da vida e, principalmente, no envelhecimento.

No que se refere à escolaridade, determina alguns dos empregos e, em grande medida, os salários recebidos. Por exemplo, Silva (2014), em sua Dissertação de Mestrado analisando as condições de trabalho e trajetórias educacionais de mulheres negras, afirma que

[...] o serviço doméstico é resquício das relações entre senhora e escrava, após a abolição da escravidão restavam para essas mulheres as funções que sempre desenvolveram, as atividades domésticas. O perfil das mulheres que realizam o trabalho doméstico é descrito como mulheres negras, pobres, sem meios de produção, sem escolaridade (SILVA, 2014, p. 49).

Portanto, a história do Brasil também contribuiu para o processo de estratificação entre homens e mulheres. Assim, devido à escravidão e às mazelas sociais que legou, aquelas que se autoafirmam negras são a maioria das trabalhadoras dedicadas ao trabalho doméstico e que recebem as menores remunerações. Além disso, essa condição expressa um presente que não se constrói apartado do passado e, como muitas das questões relacionadas à mulher e o patriarcalismo, possui suas origens em períodos longínquos – revoluções industriais e colonialismo, por exemplo – os quais deixaram cicatrizes ainda contemporâneas e manifestas no cotidiano. Dentre essas, a dificuldade de acesso e permanência na escola por determinadas camadas sociais é exemplo, afetando os tipos de trabalho e os afastamentos quando estudantes ingressam no mercado.

Ilustração 05 – Número de afastamentos por escolaridade, segundo causas no Brasil, 2004 e 2014 (em números absolutos)

Escolaridade	2004			2014		
	Acidente de trabalho		Doença ocupacional	Acidente de trabalho		Doença ocupacional
	Típico	Trajetos		Típico	Trajetos	
Analfabeto	4.237	211	3.440	2.065	213	543
Fundamental incompleto	106.498	7.167	61.745	70.321	7.740	30.718
Fundamental completo ou médio incompleto	79.996	7.309	45.774	82.154	11.195	39.207
Médio completo ou superior incompleto	63.096	6.608	41.555	151.124	24.871	79.628
Superior completo	8.309	1.315	12.818	22.543	3.485	30.805
Total	262.136	22.610	165.332	328.207	47.504	180.901

Fonte: DIEESE, 2016

O DIESSE classificou na ilustração acima as mais variadas formações educacionais – completas ou incompletas. Observando os dados, algumas especificidades quantitativas chamam a atenção. Primeiramente, os profissionais com o ensino fundamental incompleto e os que possuem o superior incompleto sofreram a maioria dos acidentes de trabalho no ano de 2004, valor invertido 10 anos depois, em 2014, quando, em função do maior acesso à educação escolar, os acidentes dos que não concluíram o superior mais que duplicaram.

Contudo, além de um maior acesso a educação¹⁹, esses dados demonstram um cenário baseado em empregos assalariados em que trabalhadores estão mais suscetíveis a acidentes, diferente das profissões que demandam o ensino superior – e que oferecem melhores salários – expandidas pelas “[...] estratégias do poder público para o incremento dos índices de acesso a esse nível de ensino” (ALONSO, 2010, p. 1319), mas que têm sido abandonadas nos últimos anos em prol do ensino profissionalizante e do sucateamento universitário, assuntos de outra ceara²⁰.

Essa expansão em grande medida fora demandada pela especialização inerente à contemporaneidade, que, infelizmente, ainda se encontra inacessível a muitos – não há plena igualdade de acesso e permanência. No entanto, apesar das distinções entre os que conseguem efetivar o traslado da educação básica rumo ao ensino superior, coexistem algumas semelhanças entre os trabalhadores com diferentes níveis de escolaridade, principalmente no campo das doenças ocupacionais. No geral, elas equivalem a quase metade do valor de acidentes de trabalho com a peculiaridade de se distribuírem de forma equilibrada entre as várias escolaridades. As diferenças são mínimas tendo em vista o caráter repetitivo ou especializado do trabalho no capitalismo.

Desse modo, quando destrinchamos o grupo “trabalhadores” e dele passamos a analisar especificamente as mulheres, em alguns campos existem semelhanças preocupantes, como no caso dos afastamentos por acidente de trabalho ou por doenças. Se mulheres e homens não possuem condições de trabalho igualitárias, no que se refere às dificuldades originárias do capitalismo, o sistema parece planificar ou propiciar uma igualdade, não positiva. Afirmção expressa na ilustração 06, posta a seguir.

¹⁹ Devido a políticas governamentais implementadas desde a criação de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no ano de 1996. Desde então, gradualmente tem se observado aumentos no acesso à educação. Contudo, os números ainda não alcançam estimativas internacionais e, em alguns anos, chegaram a diminuir, demonstrando a necessidade de maior atenção sobre a educação brasileira.

²⁰ Nos últimos anos o ensino superior brasileiro tem se deparado com um processo de sucateamento permeado por cortes de verbas em diversas áreas, principalmente no âmbito da educação pública.

Ilustração 06 – Número de afastamentos por sexo, segundo causas no Brasil, 2004 e 2014 (em números absolutos)

Sexo	2004			2014		
	Acidente de trabalho		Doença ocupacional	Acidente de trabalho		Doença ocupacional
	Típico	Trajeto		Típico	Trajeto	
Homens	203.954	16.388	105.286	239.209	33.086	90.449
Mulheres	58.182	6.222	60.046	88.998	14.418	90.452
Total	262.136	22.610	165.332	328.207	47.504	180.901

Fonte: DIEESE, 2016.

Na década entre 2004 e 2014, houve um aumento no número de mulheres afastadas de suas funções por acidentes de trabalho, com destaque para as acometidas por doenças ocupacionais. O sistema de saúde brasileiro apresenta “[...] dificuldades em assistir a mulher nas áreas específicas de climatério, infertilidade, saúde mental e saúde ocupacional.” (FREITAS *et al.*, 2009, p.427) o que por sua vez contribui para que elas sobrevivam em meio ao capital sem bases institucionais efetivas que auxiliem na saúde.

Em 2014, 90.449 homens foram afastados em razão de doenças ocupacionais em comparação a 90.452 mulheres que passaram pelo mesmo processo. A diferença instaurada foi de apenas 03 indivíduos, uma semelhança que delimita os parâmetros das dificuldades dos trabalhadores. As doenças ocupacionais abrangem enfermidades que atingem os sentidos, os órgãos e o psicológico. Ou seja, trata-se de um grupo amplo de motivações para o afastamento, propiciado

[...] devido às condições de estresse, à monotonia, à rotina burocrática e entediante, à exposição aos riscos ocupacionais, aos baixos salários, à precarização, vulnerabilidade ou instabilidade no trabalho. No geral esses foram os componentes geradores do sofrimento dos trabalhadores. (BRAZ, 2019, p. 52).

Além das doenças, termos como estresse, monotonia e burocracia, presentes no cotidiano empresarial, representam as sementes de muitos problemas que, diferente dos salários, encontram-se distribuídos de forma relativamente equilibrada entre os sexos.

Contudo, diante do que expusemos até aqui, vimos que as condições de muitas mulheres, acrescenta-se devido a dupla jornada e os preceitos socialmente estabelecidos, que “sobrecarregam” o psicológico e o corpo físico, acarretando maiores adoecimentos, por vezes romantizados sob a imagem da “mulher multitarefas”. Essa imagem da mulher foi construída

de modo a usurpar o direito à equidade entre os sexos, diminuindo a evidente necessidade de processos educativos da sociedade, bem como as conquistas voltadas para a proteção da saúde da mulher, com base no princípio da pluralidade, disseminem esse ideal. Portanto, parece existir uma lacuna entre a conquista dos direitos e sua efetivação, demandando uma ampliação na compreensão do trabalho da mulher e as questões de saúde que o envolvem, conforme discutiremos a seguir.

3.3 A proteção da saúde da mulher na perspectiva dos direitos: entre a conquista e a efetivação

Apresentados alguns dos aspectos correlatos às condições de trabalho feminino contemporâneo e defendida o argumento relacionado à continuidade de características próprias às revoluções industriais, seja em relação aos salários desiguais ou no âmbito do adoecimento, faz-se necessário desconstruir, uma vez que o verbo “resolver” não seria o ideal, mas sim algo como “conscientizar” por meio do diálogo, pois

A precariedade vigente nas relações de trabalho ainda se soma a esse cenário adverso, de modo a demarcar a importância de que os estudos possam, para além de subsidiar conhecimento, apontar modos de intervir nessa realidade e buscar estratégias de enfrentamento para as mesmas. Assim, compreende-se que se os estudos propiciarem que estes (as) trabalhadores (as) ressignifiquem suas histórias de relação com o trabalho, possam ser multiplicadores (as) de outros modos de viver. (RAMOS *et al.*, 2010, p. 214).

Séculos construíram um *status quo* patriarcal disseminado nas relações de trabalho, tornando-se, portanto, difícil simplesmente “resolver” o problema, uma vez que implica uma série de ações complexas relacionadas a sua compreensão e percepção. Por exemplo, induzir empresas a pagarem subsídios igualitários contribui na redução da desigualdade, mas não resolve a exploração do trabalho, visto que desde o período das revoluções industriais, a mulher é vista como força de trabalho barata para o capital, bem como sendo diversas as outras resoluções que, como essa, solucionam os problemas em partes, sem eliminá-los ou combatê-los por completo. Diante dessas questões apontadas, em 1919 houve a necessidade de dar mais atenção aos direitos da classe trabalhadora e foi criada a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que possui como princípio “[...] alcançar a justiça social para que então se tenha a paz universal e para isso combater a miséria e outros males, o que se pode fazer através da promoção de condições dignas de trabalho.” (ALVARENGA, 2008, on-

line). No mesmo ano de criação, duas convenções foram fundamentais para o debate sobre a mulher trabalhadora.

As Convenções nº 03 e nº 04 da OIT²¹, de 1919, trouxe pela primeira vez a discussão sobre o emprego das mulheres antes e depois do parto, uma vez que a mulher trabalhadora não possuía nenhum tipo de proteção. Estas, possuíam caráter proibitivo e visavam apenas preservar a imagem da mulher, para que estas pudessem cumprir com suas funções de mães e esposas.

Mais tarde, a Constituição de 1934 foi um marco em relação as normas de proteção da mulher. Em seu texto constitucional continha garantias jamais asseguradas as mulheres, como por exemplo a igualdade de salários entre homens e mulheres e a proibição do trabalho de gestantes em locais insalubres.

A partir disso, as Constituições seguintes, bem como as Convenções da OIT lutaram contra a desigualdade de gênero no que concerne às relações de trabalho e visando melhor enfrentamento é necessário intervir na realidade por meio de estratégias que ressignifiquem as relações estabelecidas entre proletariado e burguesia, bem como ampliando os horizontes participativos das mulheres.

Medidas socioeducativas implementadas nos espaços de convivências e formação da cidadania seriam opções para compreender melhor os processos de adoecimento, contribuindo “[...] para a reflexão acerca dos efeitos da reestruturação produtiva na saúde da mulher trabalhadora” (BRITO, 2000, p. 195), uma vez que grande parte das causas do adoecimento da mulher está diretamente relacionada às condições de trabalho, que fomentam muitas das enfermidades, principalmente no âmbito psicológico. Cabe ressaltar, que as propostas para obter o entendimento dos processos de adoecimento se limitam à nossa estrutura vigente. As mulheres, ao romperem com ela no campo dos direitos a saúde no trabalho e “[...] alçarem voos mais altos, através da obtenção de renda, do convívio social, das trocas de conhecimento, da ampliação de experiências, da troca de ideias, provoca desconforto e ameaça a dominação exercida pelos homens.” (RODRIGUES, 2016, p. 57), desmontam a estrutura que tanto as limitam.

De acordo com o Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, a ameaça irrompida por elas nos seus campos de atuação, apoiando-se nos princípios constitucionais

²¹ O artigo 3º dessa Convenção proíbe a mulher de trabalhar durante seis semanas após o parto, mas prevê uma indenização a ser paga a mulher para a sua manutenção e a de seu filho, enquanto ela estiver com o que chamamos hoje de licença maternidade. E quando retornar ao trabalho lhe será assegurado intervalos para amamentar a criança. A convenção de nº 04 era relativa ao trabalho noturno das mulheres.

que garantem igualdade entre os cidadãos, independente de suas particularidades. Tratando-se da Constituição Federal de 1988, após definir igualdade entre homens e mulheres, enfatiza que

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (EC no 20/98, EC no 28/2000, EC no 53/2006 e EC no 72/2013) [...] XX – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei (BRASIL, 2016, p. 18-19).

Fica, portanto, garantida a proteção ao trabalho feminino, incentivando-o. Contudo, como apresentamos, muitos dos problemas sobreviveram a Constituição cidadã, demonstrando a necessidade de uma maior observância da Lei, acompanhada da atuação vigilante do Estado, exercendo seu papel social democrático. Algumas conquistas como, por exemplo, o afastamento destinado à gestação, sem prejuízos trabalhistas à mulher, tem contribuído na desmistificação do papel social a que fora posicionada ao longo dos tempos.

Nesses casos, no entanto, devido às contradições próprias ao capitalismo que fazem “[...] com que o envolvimento profissional das mulheres seja cada vez maior, muitas vezes em detrimento da qualidade de vida nos âmbitos profissional e pessoal, incluindo a vivência da maternidade [...]” (OLIVEIRA *et al.*, 2011, p. 271), cria-se ainda uma condição antagônica entre gestação e carreira. Por isso, há uma linha tênue sobre a qual as mulheres transitam nos tempos contemporâneos, demonstrando a existência de desafios ainda a serem enfrentados e superados.

Apesar da abertura inerente ao século XXI, depois de legislações como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a Constituição Federal de 1988 e outras correlatas, deparamo-nos com uma maior inclusão em alguns aspectos. Contudo, mulheres com carreiras consolidadas, sem as amarras patriarcais, são exceções à problemática regra da submissão. O afirmado assume níveis mais preocupantes nas famílias com baixo poder aquisitivo que, em função das condições socioeconômicas, possuem um menor acesso à educação, principalmente no âmbito do ensino superior.

Como resultado, existe uma lacuna entre as conquistas e as efetivações, pois leis favoráveis aos direitos da mulher parecem não ressoar em alguns espaços da sociedade. Assim, menores salários, abusos, adoecimentos e outras mazelas se multiplicam em meio às relações de trabalho. O maior exemplo desse processo é o afastamento quando

O trabalhador [é] submetido à organização e às condições de trabalho que, na maioria das vezes, não incluem as diferenças individuais e não

possibilitam a participação dele no planejamento de suas atividades diárias, acaba por ter de ultrapassar seus limites e possibilidades, tanto físicas quanto emocionais. De acordo com Ramos, Tittoni, e Nardi (2008), o afastamento do trabalho pelo adoecimento é vivenciado como uma ruptura que o corpo faz com o trabalho, não mais podendo sustentá-lo, ou melhor, dar conta dele. (RAMOS *et al.*, 2010, p. 211).

Logo, o corpo feminino sucumbe frente à jornada dupla e as questões impostas por partes da sociedade. Esse processo prejudica tanto a saúde quanto as relações entre trabalho e carreira, visto que, por estarem divididas entre duas realidades – trabalho e ambiente familiar, não conseguem ampliar o seu pleno desenvolvimento. E, quando a relação entre trabalho e família é efetivada, ao preço da saúde da mulher, ocorre o que chamamos de “romantização do papel social vivido pela mulher”, legitimando-o e o idealizando como exemplo a ser alcançado – uma “mulher ideal” multitarefas. O expoente disso foi apresentado em páginas anteriores: adoecimento, instabilidade profissional e, principalmente, reprodução do *status quo* ignorando a parcela de responsabilidade masculina no âmbito familiar.

O mundo globalizado e regido pelo capital de multinacionais contribui na naturalização desse processo ao fomentar a inclusão das mulheres no mercado de trabalho sem que haja a problematização com relação às questões sociais e de gênero envolvidas. Afinal, não basta a inserção, é necessária equidade. Por essa razão, “A globalização tem eliminado alguns dos empregos masculinos e alterado os postos tradicionalmente ocupados por homens, fazendo com que estes se aproximem dos femininos, em particular, quanto à precariedade” (BRITO, 2000, p. 198).

Os subsídios ainda se mantêm dicotômicos, mas a precariedade e a exploração se aproximam nas condições de trabalho dos sexos em função do recorrente processo de adaptação da superestrutura dominante – patriarcal – aos preceitos do capitalismo voltados à mais-valia. Em razão dessa exploração desigual e perversa, o Estado necessita regular os impérios do capital, submetendo-os a algum bem estar social, papel amplamente questionado nas últimas décadas pela esfera liberal, renascida após ser alijada do espaço político em função das crises econômicas do século XX, vestindo a roupagem de teóricos liberais como Milton Freedman e Ludwig von Mises. Frente a esse aparato de condições vivenciadas pelo feminino, Novais enfatiza que

[...] as representações sociais na tradição, que pode ser chamada de fenomenologia da vida cotidiana, centrando-se na legitimidade dos saberes construídos no cotidiano e na relação que eles estabelecem com o vivido. As pessoas sentem-se implicadas diante desse objeto material e com ele convivem nas conversas, leituras e nas outras formas de comunicação cotidiana. Com isso, as representações sociais trazem luz à experiência do

vivido, experienciado e simbolizado pelo Ser Humano. (NOVAES, 2013, p. 115).

Assim, há uma legitimação cotidiana dos saberes sócio historicamente construídos, implicando comportamentos que os correspondam. Os problemas e dificuldades atrelados ao trabalho feminino nascem na vida cotidiana, já na infância, e se sedimentam ao longo dos anos construindo não apenas a identidade da mulher, mas também a do homem, pois passa a esperar determinados comportamentos e posições “próprias as mulheres”. Cria-se, portanto, representações que, apesar de precoces, afetarão o trabalho e a saúde delas nos anos posteriores. Naturaliza-se o caráter “multitarefa”, fomentando o maior trabalho delas que devem contentar-se com os salários oferecidos.

A exploração da mulher e seu conseqüente adoecimento passam despercebidos por parte da nossa sociedade, embora os dados apresentados revelem informações preocupantes em função da naturalização do lugar que ela “deve ocupar” na estrutura social e um certo grau de desumanização, pois acaba resumida às categorias: trabalho, sexo, cotidiano familiar e reprodução, alijada de direitos e equidade. Romper essa estrutura e anseios do capital configura tamanho desafio que se arrasta pelos séculos, gerando frutos e apresentando novas etapas a serem superadas, principalmente no campo da efetivação de direitos relacionados ao trabalho e à saúde.

Faz-se, pois, necessário melhor expor a relação estabelecida entre as enfermidades e as condições de trabalho no cenário nacional e internacional, ampliando o leque de perspectivas, por vezes limitado a doenças de caráter físico e psicológico, as quais seriam as únicas decorrentes do trabalho, na perspectiva de alguns indivíduos. Além disso, o cotidiano e as relações que dele derivam também contribuem na intensificação da exploração da mulher, vez que o patriarcalismo se mantém presente. Portanto, desmistificar o que tem sido imposto a mulheres no âmbito do capitalismo é uma ação pautada em um trabalho contínuo de conscientização e socialização de perspectivas, permitindo avaliações críticas que identifiquem os problemas e lhes confirmem possibilidades de melhora, evitando a continuidade da exploração e intensificação do adoecimento da mulher nesse processo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As condições precárias de trabalho atreladas ao adoecimento acometido pelas mulheres são uma problemática que ainda persiste no cotidiano de diversos indivíduos, visto que não foram suprimidos pelas conquistas de alguns direitos, como a licença maternidade, direito ao trabalho noturno e igualdade de gênero entre meados dos séculos XX e XXI. Assim, não pretendemos com esta produção encerrar as discussões e análises apresentadas em seu escopo, buscamos com este trabalho, ampliá-las e multiplicar os questionamentos a fim de pautar o adoecimento da mulher trabalhadora enquanto tema necessário no âmbito social e acadêmico.

Acordamos que muitos dos adoecimentos e suas causas dependem diretamente das condições de trabalho e das múltiplas jornadas protagonizadas pelas mulheres. Uma vez que, discutir as causas de adoecimento implica compreender o ambiente que a propicia, que não se constitui de forma anacrônica, pois é carregado de preceitos construídos nos âmbitos social e histórico – a exemplo da revolução industrial e suas características legadas ao tempo presente.

Assim, as revoluções industriais, apesar de distante cronologicamente, marcam espaços no tempo presente por meio das suas consequências constituídas pela intensa exploração e dupla jornada de trabalho. Portanto, não estariam as mulheres subjugando o mundo masculino ao se inserirem no mercado de trabalho, tão pouco os homens estariam adentrando o feminino ao protagonizarem a organização da família, em ambos os casos existe, na realidade, o apressamento pela diversidade e pela equidade (CURSINO, 2013). Logo, percebemos, que o interesse das mulheres estava na igualdade em relação ao âmbito do trabalho e não em retirar direitos dos homens.

Desse modo, o adoecimento físico ou psicológico resulta dos impactos da exploração do trabalho sobre as trabalhadoras, cujas atuações têm fomentado aberturas no *status quo*, modificando-o em diversos aspectos como alguns dos direitos trabalhistas concedidos as mulheres, a exemplo dos relacionados a maternidade e igualdade de gênero. Contudo, entre os direitos e as suas efetivações parece existir uma lacuna, pois as discussões acerca do trabalho de mulheres e suas efetivações, por vezes se resume apenas a questões voltadas para a maternidade.

Por fim, proteger a saúde da mulher se estende para além da maternidade, uma vez sua existência não se limita apenas a isso. Discussões acerca de normas que visem a proteção do trabalho da mulher são extremamente necessárias, uma vez que é fundamental aderir e debater sobre políticas de eliminação da desigualdade, bem como tratar do adoecimento ocasionado

pela intensificação do trabalho, como uma contradição imanente a lógica do sistema do capital.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Kátia Morosov. A expansão do Ensino Superior no Brasil e a EAD: dinâmicas e lugares. **Educ. Soc**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1319-1335, out/dez, 2010.

ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. **A Organização Internacional do Trabalho e a proteção aos Direitos Humanos do trabalhador**. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-52/a-organizacao-internacional-do-trabalho-e-a-protecao-aos-direitos-humanos-do-trabalhador/>. Acesso em: 08 jun. 2021.

AQUINO, Estela Maria L. de; MENEZES, Greice Maria de S.; MARINHO, Lilian Fatima B. Mulher, Saúde e Trabalho no Brasil: desafios para um Novo Agir. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 281-29, abr/jun, 1995.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. Reestruturação produtiva e saúde no setor metalúrgico: a percepção das trabalhadoras. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 169-198, jan/abr, 2006.

BEZERRA, Elaine. A originalidade do pensamento de Heleieth Saffioti na análise crítica sobre a condição da mulher na sociedade capitalista. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 31, p. 170-173, jul/dez, 2013.

BRAZ, Michelaine Alves Nunes da Silva. **Mentes e corpos adoecidos: a degradação da saúde dos trabalhadores no capitalismo**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Palmeira dos Índios, 2019.

BRITO, Jussara Cruz de. Enfoque de gênero e a relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 405-430, jan/mar, 2006.

CAMPOS, Maria Silva; TEIXEIRA, Solange Maria. Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social. **Rev. Katál**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 20-28, jan/jun, 2010.

CONCEIÇÃO, Carlos Lima da. **Metendo a colher: os crimes passionais em Salvador (1940-1980)**. 2015. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2015.

CURSINO, Adélia Marina de Campos. **Mulheres executivas no Brasil: o feminino no masculino ou o masculino no feminino?** 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão Estratégicas de Pessoas e Relações de Trabalho) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo horizonte, 2013.

DATHEIN, Ricardo. Inovação e Revoluções Industriais: uma apresentação das mudanças tecnológicas determinantes nos séculos XVIII e XIX. **Publicações DECON/UFRGS**: Porto Alegre, p. 1-8, 2003.

DIEESE. **Anuário da saúde do trabalhador**. São Paulo: DIEESE, 2016.

DIEESE. **Mulheres no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo**. São Paulo: DIEESE, 2019.

FREITAS, Gisele Lima de. *et al.* Discutindo a política de atenção à saúde da mulher no contexto da promoção da saúde. **Rev. Eletrônica de Enfermagem**, Goiás, v. 11, n. 2, p. 424-428, 2009.

GOMES, Keila R O; TANAKA, Ana Cristina. Morbidade referida e uso dos serviços de saúde por mulheres trabalhadoras, Município de São Paulo. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 37, n. 1p. 75-82, 2003.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções 1978-1848**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A. 1977.

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. Direito do trabalho da mulher: da proteção à promoção. **Cadernos Pagu**, v. 26, p. 405-430, 2006.

MAGALHÃES, Luana Elaine Rocha. **O trabalho da mulher a luz da OIT**. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-124/o-trabalho-da-mulher-a-luz-da-oit/#:~:text=Evolu%C3%A7%C3%A3o%20da%20OIT%20sobre%20o%20Trabalho%20da%20Mulher,-As%20primeiras%20conven%C3%A7%C3%B5es&text=Contudo%2C%20em%20seu%20artigo%203%C2%BA,hoje%20chamamos%20de%20licen%C3%A7a%20maternidade.> Acesso em: 21 jun. 2021.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. E-books Brasil, 1999.

NASCIMENTO, Cristiane Lenita Rhoden do; FREITAG, Karin Cristiane. Os implicativos do adoecimento e afastamento laboral de trabalhadoras do ramo têxtil em decorrência de doenças osteomusculares ocupacionais. **Jornada Nacional de Desenvolvimento e Políticas Públicas**. UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense, v. 6, n. 6, p. 1-11, 2018.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A Feminização do Trabalho no Mundo do Telemarketing. **Confluências**: Revista interdisciplinar de Sociologia e Direito, Niterói, v. 10, n. 2, p. 71-93, 2008.

ANTUNES, Ricardo. (org). **Riqueza e Miséria no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2006.

NOVAES, Lhaila Carvalho Chisté. **O trabalho entre mulheres encarceradas**. 2013. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local) – Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, Vitória, 2013.

OLIVEIRA, Ana Gabryella Barbosa. **Divisão sexual do trabalho**: um estudo sobre as relações de gênero. 2014 Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Palmeira dos Índios, 2014.

OLIVEIRA, Silvana Corrêa et al. Maternidade e trabalho: uma revisão de literatura. **Revista Interamericana de Psicologia**, v. 45 n. 2, p. 271-280, 2011.

OLIVEIRA, Teresa Carine Nunes de. **As mulheres de direitos**: as lutas pela igualdade e o direito à saúde. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Arapiraca, 2016.

PINHEIRO, Joel Carrion. **Trabalho Feminino no Brasil**: análise da evolução da participação da mulher no mercado de trabalho (1950-2010). 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande Sul, Porto Alegre, 2012.

PIRES, Heloisa Maria Gercov. **A teoria da alienação em Marx e o capitalismo atual sob a predominância do capital financeiro**. São Paulo: Fundação Armando Alvares Penteado Faculdade de Economia, 2010.

PRONI, Marcelo Weishaupt. **História do capitalismo**: uma visão panorâmica. São Paulo: Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 1997.

RAMOS, Márcia Ziebell. *et al.* Trabalho, adoecimento e histórias de vida em trabalhadoras da indústria calçadista. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 15, n. 2, p. 207-215, mai/ago, 2010.

RODRIGUES, Aline de Oliveira. **Significados do trabalho feminino para trabalhadoras de uma lavanderia comunitária**. 2016. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, 2016.

ROMAGNANI, Patrícia. **A atividade em um blog feminino**: um olhar histórico-cultural para o trabalho, as trocas e relações dos sujeitos em mídias digitais sociais. 2018. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Positivo, Curitiba, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Trabalho Feminino no capitalismo. *In: Congress of Ethnological and Anthropological Sciences*. IX., 1973, Chicago. Anais [...]. Chicago: University of Chicago Press, 1973. p. 119-163.

SILVA, Keila Garcia da. **Diaristas e bordadeiras**. Formas de apropriação do trabalho feminino na contemporaneidade. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda. 1996.

SOUZA, Edylla Damares Santos. **Mulher e mercado de trabalho**: uma análise das desigualdades. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Palmeira dos Índios, 2016.

TOITIO, Rafael Dias. **O trabalho feminino frente ao domínio do capital:** alguns apontamentos. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/rafaeltoitio.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.